



ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA

CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 JUNHO DE 1992
DAKAR, SENEGAL

**Relatório do
Secretário Geral
sobre as Actividades dos
Escritórios Regionais e Sub Regionais
para o Período Compreendido entre Fevereiro e Junho de 1992**

CM/1706 (LVI)
PARTE III

CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992

DAKAR - SENEGAL

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL
SOBRE AS ACTIVIDADES DOS ESCRITÓRIOS
REGIONAIS E SUB-REGIONAIS, COBRINDO
O PERÍODO DE FEVEREIRO A JUNHO DE 1992

Í N D I C E

PÁGINAS

CAPÍTULO I:	Relatório de Actividades do Escritório de Nova Iorque, relativo ao período de Janeiro a Maio de 1992.	1 - 9
CAPÍTULO II:	Relatório de Actividades da Missão Permanente da OUA junto da CEE para o Período de Fevereiro a Junho de 1992.	1 - 7
CAPÍTULO III:	Relatório do Secretário-Geral sobre o Secretariado Executivo da Comissão Científica, Técnica e da Pesquisa da Delegação de Lagos.	1 - 7
CAPÍTULO IV:	Relatório de Actividades do Bureau Inter-Africano dos Recursos Animais (BIRA) Nairobi, Quênia.	1 - 6
CAPÍTULO V:	Relatório de Actividades 1991/1992 do Escritório do CPI em Yaoundé, Camarões.	1 - 15
CAPÍTULO VI:	Relatório de Actividades do Secretariado Executivo da OUA em Genebra, Suíça.	1 - 22
CAPÍTULO VII:	Relatório de Actividades do Secretariado Executivo do Comité de Coordenação da OUA para a Libertação da África (Dar-es-Salaam), Tanzânia.	1 - 5
CAPÍTULO VIII:	Relatório de Actividades da Missão Permanente da OUA junto da Liga dos Estados Árabes no Cairo, Egipto.	1 - 6
CAPÍTULO IX:	Relatório de Actividades do Secretariado da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (Banjul), Gâmbia.	1 - 5
CAPÍTULO X:	Relatório de Actividades do Escritório de Coordenação Internacional do Projecto do Fouta Djallon, (Conakry) Guiné.	1 - 9
CAPÍTULO XI:	Relatório de Actividades da Missão Permanente da OUA em (Windhoek), Namíbia.	1 - 9

**CM/1706 (LVI)
PARTE III**

**CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA - SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992**

CAPÍTULO I

DAKAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ESCRITÓRIO
DE NOVA IORQUE, RELATIVO AO PERIODO
DE JANEIRO A MAIO DE 1992**

RELACIONAMENTO COM AS NAÇÕES UNIDAS

As actividades políticas do Secretariado Executivo da OUA foram, durante os últimos quatro meses, dominadas pelas seguintes questões principais:

1. Consideração de questões de interesse para a África, por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
2. Aumento de consultas com o Secretariado das Nações Unidas;
3. Primeira Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

I. CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NU

O Conselho de Segurança das NU preocupou-se por uma série de questões de interesse para a África, nomeadamente Somália, Saara Ocidental, Angola e Líbia.

A questão da Somália desenvolveu-se, durante este ano, através de vários relatórios do SGNU e Resoluções do Conselho de Segurança, tendo culminado com a adopção da Resolução 751 (1992) do Conselho de Segurança que, entre outras coisas, autorizava a colocação imediata de uma equipa de 50 observadores das NU encarregue de supervisionar o cessar-fogo em Mogadiscio. Esta e outras concessões por parte de determinados Membros Permanentes do Conselho de Segurança foram alcançadas em larga medida, devido aos esforços empreendidos pelos Secretários Gerais, tanto das Nações Unidas, como da OUA, do Grupo Africano, particularmente os seus Representantes no Conselho de Segurança, o próprio Conselho de Segurança, os Não-Alinhados e a estreita cooperação entre a Organização da Unidade Africana, as Nações Unidas, a Liga dos Estados Árabes e a Organização da Conferência Islâmica.

O Secretário-Geral das Nações Unidas nomeou um Representante Especial para a Somália, Sr. Mohamed Sahnoun, da Argélia, cuja responsabilidade será a de proporcionar uma direcção geral das actividades das NU na Somália e ajudar o SGNU no seu esforço de alcançar uma resolução pacífica do conflito somaliano.

O Conselho de Segurança aprovou as Recomendações do SGNU para a observação, pelas NU, das eleições em Angola e o alargamento da UNAVEM II. O SGNU nomeou a Sra. Margaret Joan Anstee como Representante Especial em Angola.

Infelizmente, não obstante os esforços africanos no sentido de apelar para o aumento de maiores consultas, a Líbia continua a atravessar dificuldades no que toca às acusações da França, RU e os EUA, a respeito da explosão do avião da PANAM no espaço aéreo de Lockerbie e do avião da UTA no Níger. Com a adopção da Resolução 748 (1992), do Conselho de Segurança, este impôs sanções aéreas, armamentistas e diplomáticas contra a Líbia, até que o Governo interessado respondesse positivamente às solicitações no sentido de cooperar plenamente no apuramento de responsabilidade pelos actos de terrorismo contra os dois voos atrás mencionados. O prazo tinha sido estabelecido para 15 de Abril de 1992.

Sobre o Sahara Ocidental, o SGNU solicitou uma estagnação de acção por um período mínimo de três meses para consultas que ainda se encontram pendentes; o SGNU finalmente nomeou um Representante Especial, Sr. Sahabzada Yaqub-Khan (Paquistão).

O estabelecimento, pelo Grupo Africano, do comité Executivo, aumentou a frequência dos contactos entre o Comité e funcionários-chave das NU, incluindo o SGNU e os seus Sub-Secretários Gerais. O Presidente entabulou consultas frequentes com o Comité.

O Secretário Geral coordenou, não só as reuniões do Grupo Africano, mas cada vez mais, as do comité Executivo, em fazer face aos desafios colocados pelas questões atrás mencionadas.

O Comité Executivo é composto pelo Presidente do Grupo Africano, o novo Presidente e o cessante, coordenadores regionais, representante do Presidente em Exercício da OUA e o Secretário Executivo da OUA em Noa Iorque.

II. CONSULTAS COM O SECRETÁRIO GERAL DAS NU

No quadro dos esforços empreendidos para promover os objectivos e as políticas da OUA nas Nações Unidas, o Secretariado Executivo tem estado a tentar estabelecer melhores relações de trabalho com o Secretariado Geral das Nações Unidas, através de consultas regulares entre o Secretariado das NU e o Grupo Africano.

1. Encontro entre o Comité Executivo do Grupo Africano e o Secretário Geral das NU (4 de Fevereiro de 1992)

No encontro realizado com o Secretário Geral das NU, o Presidente do Grupo Africano, exprimiu felicitações ao Secretário Geral, após o que realçou os seguintes pontos:

- Marginalização da África nas preocupações da Comunidade Internacional e do Sistema das NU;
- Representação inadequada da África ao nível superior do Sistema das Nações Unidas;
- A necessidade de as Nações Unidas, em particular por parte do Conselho de Segurança, de desempenhar um papel mais preponderante na resolução de conflitos em África (Libéria, Somália) e a necessidade de reforçar a cooperação das NU/OUA, para o efeito.

Em resposta, o Secretário Geral afirmou que estava ciente destes problemas e manifestou a sua prontidão de envidar os melhores esforços na busca de uma solução a tais problemas.

2. Encontro entre o Sub-Secretário Geral das NU e o Chefe do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Sr. Ji Chao Zhe (19 de Fevereiro de 1992)

A 7 de Fevereiro de 1992, num esforço para reestruturar o Secretariado, o Secretário Geral criou um Departamento de Desenvolvimento Económico que compreende os seguintes órgãos: Gabinete do Director Geral para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos Internacionais, Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais Internacionais, Departamento de Cooperação Técnica e Desenvolvimento, Centro das Nações Unidas para Corporações Transnacionais e o Centro da Ciência e Tecnologia ao Serviço do Desenvolvimento.

Consequentemente, o Grupo Africano julgou necessário organizar um encontro com o Chefe deste Departamento recém-criado por forma a exprimir o seu desejo de que as questões relativas à recuperação económica da África devessem continuar a merecer prioridade nas actividades do novo Departamento. De igual modo, o Grupo insistiu, através do seu Presidente, sobre a necessidade de uma implementação breve e plena da Nova Agenda das NU para o Desenvolvimento da África durante a década de 1990.

3. Encontro entre o Secretário Geral das NU e o Grupo Africano (5 de Maio de 1992)

Este encontro proporcionou uma oportunidade de contacto em primeira mão e intercâmbio frutífero de pontos de vista sobre as mesmas questões que foram discutidas no encontro acima mencionado, de 4 de Fevereiro de 1992. Todavia, o Sr. Boutros Ghali sublinhou a sua intenção de convocar uma Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social.

4. Visitas do Secretário Geral da OUA a Nova Iorque

Por ocasião da sua visita a Nova Iorque, no dia 7 de Janeiro de 1992, o Dr. Salim A. Salim informou o Grupo Africano Plenário, sobre as seguintes questões:

- Integração Económica;
- Resolução pacífica de disputas (Somália, Libéria, Ruanda, Sahara Ocidental, África do Sul);
- Questões orçamentais; e
- O seu encontro com o Secretário Geral das NU a 20 de Janeiro de 1992, para discutir as vias e os meios de reforçar a cooperação NU/OUA.

II. PRIMEIRA REUNIÃO-CIMEIRA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DOS ESTADOS Membros DO CONSELHO DE SEGURANÇA

Por ocasião dessa reunião, o Secretário Executivo preparou um memorando sobre as preocupações da África, colocando ênfase, entre outras coisas, sobre as seguintes questões:

- A necessidade de abordar as causas económicas da insegurança mundial;
- Democratização das relações internacionais;
- Reforço das NU, particularmente através de pagamento regular de contribuições;
- Garantia de que os programas económicos para a recuperação da África continuem a merecer prioridades nas actividades do Sistema das NU;

- A necessidade imperativa de as NU aumentarem o seu apoio aos organismos regionais encarregues pela busca de resolução pacífica a conflitos regionais.

Este memorando foi distribuído pelos três países africanos membros do Conselho de Segurança (Cabo Verde, Marrocos e Zimbábwe) que o utilizaram extensivamente nas suas intervenções.

RELACIONAMENTO COM OS ESTADOS UNIDOS

Programa "Círculo de Apoio à África"

Os esforços para edificar um círculo de apoio mais sólido para a África nos Estados Unidos, continuam com a participação do Secretariado Executivo em vários encontros e debates. Em Abril de 1992, o Secretariado Executivo levou a cabo as seguintes actividades:

I. Conselho Nacional de Apoio a Estudantes, para a África (NSSCA)

O Secretariado Executivo participou na Primeira Conferência do Conselho Nacional de Apoio a Estudantes, para a África (NSSCA), realizada em Washington D.C. A Conferência do NSSCA tinha por objectivo encorajar as actividades estudantis americanas capazes de contribuir para o aumento do conhecimento sobre a África, no seio dos estudantes americanos. O objectivo do NSSCA é o de criar um "Círculo de Apoio constituído por jovens" em apoio às preocupações da África.

II. AFRICARE

Esta Organização Não-Governamental continua a constituir uma organização de vanguarda na busca de criação de "um Círculo de Apoio à África" em toda a extensão do país. O Secretariado Executivo mantém correspondência activa com a AFRICARE. No dia 6 de Março de 1992, a AFRICARE organizou uma sessão informativa informal no Departamento de Estado dos EU à qual várias personalidades foram convidadas. Entre elas encontravam-se as seguintes:

Membros do Conselho:

G. Alfred Kennedy	Secretário Assistente Adjunto, Gabinete dos Assuntos Públicos, Departamento de Estado
Melvin Foote	Coordenador, CFA
Ellen Johnson-Sirlead	Vice-Presidente, Equator Bank
Embaixador Elliot Skinner	Professor, Universidade de Colúmbia
Aston Greene	Conselho Nacional de apoio a Estudantes, para a África, Nova Iorque.
Robert Washington	Washington, Christian & Loafman
Randall Robinson	Director Executivo, Transafrica
C. Payne Lucas	Director Executivo, AFRICARE.

Oradores

Herman Cohen, Secretário Assistente, Gabinete dos Assuntos Africanos, Departamento de Estado.

John Hicks, Administrador Assistente Adjunto, Gabinete da África, Agência para o Desenvolvimento Internacional.

Esta sessão informativa tinha por objectivo discutir a crítica necessidade de laços culturais, económicos e educacionais entre africanos-americanos e a África. A sessão informativa deliberou sobre a questão dos refugiados, assistência humanitária, bem como as importantes transformações que se operam em África.

III. Visita do Secretário Geral a Washington D.C.

O Secretariado Executivo planeou e executou um programa de visita do Secretário Geral, que envolveu discussões com:

- (1) os Embaixadores Africanos acreditados nos Estados Unidos;
- (2) o Secretário de Estado Assistente dos EU para a África;

- (3) Membros do Congresso dos EU;
- (4) TRANSAFRICA;
- (5) AFRICARE; e
- (6) a Imprensa.

A visita alcançou o seu objectivo que era o de sensibilizar oficiais em Washington D.C., bem como outras personalidades proeminentes e amigos da África em relação a três preocupações importantes da Organização, nomeadamente:

- (a) A tendência para maior democratização em África;
- (b) Os esforços da OUA na resolução de conflitos; e
- (c) Os esforços da OUA na reforma, cooperação e integração económicas.

Faz-se notar que um relatório exaustivo da visita do Secretário Geral a Washington D.C. vem contido num documento separado.

Palestras

O Secretariado Executivo realizou palestras nas seguintes instituições:

- (1) Stanford University, Califórnia;
- (2) California Polytech;
- (3) New York University, Buffalo.

INFORMAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

Durante o período em análise, a secção cobriu reuniões de interesse para a África. Ela participou numa Reunião Preparatória Conjunta da OUA/UNICEF para a Conferência Internacional de Doadores sobre Assistência à Criança Africana, tida lugar em Adis Abeba, de

31 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 1992. A reunião procedeu a uma revisão de todas as questões discutidas nos encontros anteriores entre o Secretário Geral da OUA e o Director Executivo da UNICEF, ao mesmo tempo que procedeu a uma troca de impressões sobre as funções das duas instituições na preparação da dita Conferência.

O Escritório da OUA convocou duas reuniões dos membros africanos da Comissão sobre os Estatuto da Mulher para discutir questões que seriam levantadas na 36ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher prevista para Viena, Austria, entre os dias 11 e 20 de Março de 1992. Foram entabuladas consultas sobre a questão da Presidência da Comissão que caberia à África. O Secretariado Executivo da OUA participou na 36ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher durante a qual a delegação da OUA organizou vários encontros do Grupo Africano, a fim de coordenar a posição africana sobre a questão da Mulher. A delegação da OUA manteve várias consultas informais com delegações e representantes de Agências das NU e Organizações Não-Governamentais.

Esta secção participou igualmente em consultas conjuntas da OUA/UNICEF sobre os preparativos da Conferência Internacional de Doadores sobre a Assistência à Criança Africana, 24 - 27 de Março. A reunião discutiu acções levadas a cabo tanto pela OUA como pela UNICEF desde o último encontro realizado em Janeiro, em preparação da Conferência. Além disso, a reunião discutiu o local de realização da conferência e a necessidade de envio de convites o mais brevemente possível. Foram igualmente discutidas as implicações financeiras da Conferência.

A secção participou na 14ª Sessão do Comité sobre a Informação, tida lugar de 30 de Março a 16 de Abril. O Comité examinou, entre outras coisas, a informação ao serviço da humanidade e as políticas da informação pública das NU. Depois de debatidas estas questões, o Comité adoptou uma resolução sobre a informação ao serviço da humanidade que instaria os Estados, as Organizações do Sistema das Nações Unidas e todos os interessados no sentido de cooperarem para a redução das disparidades no fluxo das informações. Neste sentido, a resolução apelava para maior assistência ao desenvolvimento - a comunicação, as infraestruturas dos países em vias de desenvolvimento e a facilitação do seu acesso aos meios avançados de comunicação - da tecnologia disponível no mercado livre, para permitir-lhes desenvolver as suas próprias políticas de informação e comunicação, de forma independente. A resolução procura também garantir, para os jornalistas, uma realização livre e eficaz das suas actividades profissionais; apela

para maior cooperação no seio dos países em vias de desenvolvimento, para o reforço das suas infraestruturas de imprensa bem como dos seus programas de formação dos locutores e jornalistas; e, por último, apelava para a promoção de relações sub-regionais, regionais e inter-regionais nas telecomunicações.

A resolução sobre as Políticas e Actividades de Informação Pública das NU apelava, entre outras coisas, ao Departamento de Informação Pública no sentido de disseminar informações sobre as actividades das NU nos domínios da paz e segurança internacionais, desarmamento, operações de manutenção e busca de paz, descolçonzização, promoção dos direitos humanos e a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos a ter lugar em 1993, a eliminação da discriminação racial, o desenvolvimento da mulher e a promoção da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Os membros africanos do Comité sobre a Informação trabalharam em estreita colaboração com outros membros do Grupo dos 77 na busca de um consenso sobre a resolução sobre a informação ao serviço da humanidade.

CM/1706 (LVI)
PARTE III

CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA - SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992

CAPÍTULO II

DAKAR - SENEGAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA MISSÃO
PERMANENTE DA OUA JUNTO DA CEE PARA O
PERÍODO DE FEVEREIRO A JUNHO DE 1992

A Missão Permanente da OUA junto da CEE continuou, durante o período em revista, a cobrir as suas actividades políticas, económicas, de representação e informação nos países e instituições da CEE. Além da participação e representação formais junto da CEE, a Missão Permanente também tratou de uma série de questões relativas a Organizações Não-Governamentais envolvidas em actividades de interesse para a Organização.

I. ACTIVIDADES POLITICAS

A. Assembleia Conjunta ACP/CEE

O mais importante veículo de influência sobre a cena política no relacionamento ACP/CEE, é a Assembleia Conjunta ACP/CEE. Esta importância é sublinhada pelo espectro dos tópicos cobertos pela Assembleia e, aliás, o impacto que as suas resoluções têm sobre a Comissão Europeia e o Conselho de Ministros da CE.

Durante o período em revista, a Missão Permanente da OUA junto da CEE participou na Assembleia Conjunta da ACP/CEE tida lugar em Santo Domingo (República Dominicana) de 17 a 20 de Fevereiro de 1992. A dita Assembleia cobriu vários domínios de interesse para a África, tanto no contexto de situações políticas, como no de relações económicas com a CEE. Entre as várias questões abordadas pela Assembleia Conjunta e em relação às quais foram adoptadas resoluções, podem ser realçadas as seguintes:

1. África Austral;
2. Situação em Moçambique;
3. Relação entre desenvolvimento, dívida, pobreza e desarmamento;
4. Situação no Ruanda;
5. Situação no Corno da África;
6. Situação na Somália;
7. Situação no Sudão;
8. Assistência a Refugiados e Deslocados Somalianos;
9. Acontecimentos no Zaire; e
10. Racismo e Discriminação Racial.

Sobre todas as questões acima referidas, foram adoptadas importantes resoluções e, sem dúvidas, elas vão constituir a base para a definição do tipo de cooperação que os países africanos interessados e a CEE vão ter no futuro. Em relação a cada uma destas resoluções, os esforços da Missão Permanente da OUA foram no sentido de garantir que os pontos de vista da OUA sobre cada uma das questões fossem claramente compreendidos pelos participantes africanos e, conseqüentemente, vendidos aos parceiros das Caraíbas, do Pacífico e Europeus na formulação das mesmas resoluções.

No tocante às acimas mencionadas resoluções adoptadas, a Missão Permanente da OUA junto da CEE, congratula-se em informar que os pareceres da OUA foram plenamente tomados em consideração e constituíram a base das decisões da Assembleia Conjunta ACP/CEE sobre questões de interesse para a África.

Importa talvez mencionar que a Assembleia Conjunta ACP/CEE nem sempre concorda com o Conselho de Ministros da CE ou mesmo a Comissão da CE. Enquanto que a Comissão e o Conselho de Ministros da CE, por exemplo, têm continuado a manifestar indecisão a respeito da situação da dívida nos países africanos, a Assembleia Conjunta ACP/CEE tem estado a defender o cancelamento de todas as dívidas do Grupo ACP, na Comunidade. Esta Assembleia Conjunta é também mais cautelosa em relação ao desenrolar dos acontecimentos na África do sul e defende cautela até que seja alcançado um ponto irrefutável de irreversibilidade dos acontecimentos conducentes a uma sociedade democrática na África do Sul.

E. Conselho de Ministros ACP/CEE

A Missão da OUA junto da CEE participou na 54ª Sessão do Conselho de Ministros da ACP e na 17ª Sessão do Conselho de Ministros ACP/CEE que teve lugar em Kingston, Jamaica. Sendo os órgãos legislativos mais altos das instituições ACP/CEE, o Conselho de Ministros Conjunto é responsável pela delineação das políticas e dos princípios gerais que regem as relações ACP/CEE. Neste sentido, os interesses da OUA nas referidas reuniões foram principalmente em torno de questões que afectam directamente os países africanos. Entre estas questões, incluem-se as seguintes:

- a) Situações de emergência e outras calamidades nos países africanos no que se refere a refugiados, SIDA, seca, insuficiências alimentares, etc.;
- b) Perspectivas para as relações ACP/CEE em relação às condicionalidades de ajuda;

- c) Cooperação intra-ACP e regional;
- d) Conferência das NU sobre o Meio Ambiente; e
- e) Acontecimentos mais recentes na África do Sul Austral.

Além das diferenças de pontos de vista claramente definidas sobre as perspectivas das relações ACP/CEE no concernente às condicionalidades à ajuda, uma conclusão geral sobre o resultado final do dito Conselho de Ministros seria de que havia, de forma genérica, uma compreensão comum em relação à forma mais eficaz de abordar as questões supra mencionadas, muito embora as abordagens do Grupo ACP e da CEE pudessem não estar em pleno acordo quanto ao tipo de relacionamento que deverão agora manter com as autoridades sul-africanas.

Houve pelo menos uma oportunidade de cada parte registrar abertamente a sua posição. Enquanto que a CEE está a correr para acomodar e manter laços oficiais com as actuais autoridades da África do sul, incluindo o levantamento de sanções impostas internacionalmente, o Grupo ACP reiterou vivamente a posição da OUA no sentido de que a instituição de um Governo provisório, encarregue de supervisionar a transição para um governo democrático, incluindo a realização de eleições livres e justas sob um sufrágio adulto universal, numa lista eleitoral única, vai constituir a fase de marcha irreversível para o fim do apartheid.

É deveras interessante fazer seguir o actual debate sobre o futuro relacionamento entre a África do Sul e a CEE, através de uma possível participação na disposição da Convenção de Lomé.

II. ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Desde a assinatura e a subsequente ratificação da Convenção de Lomé IV, as principais actividades no domínio económico da Missão Permanente da CEE continuam a ser o seguimento de possíveis consequências, sobre os países africanos, dos acontecimentos económicos na Europa. O futuro do relacionamento económico entre a África e a Europa, através ou da Convenção de Lomé ou dos Acordos CEE/Magreb continua a ser a principal preocupação do Grupo Africano e da Missão da OUA em Bruxelas.

A. Impacto do Mercado Único Europeu

Recorde-se que existe um Grupo de Trabalho ACP/CEE encarregue de supervisionar o desenrolar dos acontecimentos nos esforços da Comunidade Europeia, para a criação de um Mercado Europeu Único e o seu impacto sobre os países africanos. A Missão Permanente continua a seguir de perto as actividades do dito Grupo de Trabalho com vista a ajudar a Sede na sua análise aprofundada das nossas futuras relações com a Europa. Está claro que o impacto do Mercado Único vai, indubitavelmente, afectar as relações comerciais entre a Comunidade Europeia e os países africanos. Considerando que isto é parte das discussões em curso, nesta fase, o relatório apenas pode dar uma indicação de algumas das questões até hoje identificadas como constituindo áreas problemáticas, sem necessariamente fornecer quaisquer conclusões.

(i) Questões de Comércio

A presente Convenção prevê que a Comunidade examine o pedido dos países africanos para um acesso preferencial dos seus produtos agrícolas. A Convenção fala de possibilidades oferecidas pelo mercado de contra-estação. Os produtores de horto-frutícolas, por exemplo, devem formular estratégias para uma maior produção de horto-frutícolas que estejam em procura na comunidade e incluir, neste programa, uma disposição para transferência de conhecimento especializado e tecnologia de comercialização. Os países africanos partes à Convenção devem solicitar assistência da comunidade no sentido de satisfazer padrões alimentares e sanitários rigorosos aplicáveis ao Mercado da Comunidade. Direitos de patentes e empreendimentos conjuntos são algumas das formas através das quais podem ser obtidos padrões mais elevados. As disposições especiais para garantir o acesso preferencial de produtos tais como açúcar, banana, carne de vaca e de vitelo estão a ser seriamente minadas pelo facto de estarem a ser implementadas dentro do contexto da Política Agrícola Comum da CEE, que protege os produtores dos mesmos produtos de base, dentro da CE.

No presente momento, existem muitas barreiras ao comércio devido às várias interpretações das Regras de Origem. Barreiras a produtos tais como têxteis e de vestuário que são baseados em matérias primas locais, devem ser eliminadas. A insistência da CEE em como um produto deva passar por uma transformação mínima (substancial) para qualificação a benefícios de troca, constitui um importante obstáculo às exportações do Grupo ACP.

(ii) O Problema do Endividamento e Busca de soluções no Quadro de Lomé IV

O problema de endividamento dos países africanos foi objecto de debate em várias ocasiões. Estima-se que mais de um terço de dívida a longo prazo do Grupo ACP é devido a governos e credores privados da CEE. Outros 30% cabem a instituições multilaterais, nas quais os Estados Membros da CEE têm influência e contribuintes.

Durante as negociações para a presente Convenção e desde a sua entrada em vigor, o Grupo de Estados Africanos, das Caraíbas e do Pacífico têm insistido em que soluções globais a longo prazo sejam encontradas no contexto da cooperação ACP/CEE. Desde essa altura até agora, o Grupo de Países ACP ao nível do seu Conselho de Ministros, submeteu uma série de propostas para a palição da dívida que, infelizmente, não têm sido consideradas favoravelmente pela CEE. Existe algum desacordo em relação ao impacto negativo do problema da dívida das economias dos países do Grupo ACP. É evidente que este problema não pode ser resolvido na ausência de vontade política por parte do Conselho da CEE.

Neste momento, estão a ser feitas tentativas, pelo Comité dos Embaixadores do Grupo ACP, no sentido de manter o problema do endividamento na agenda de discussões, particularmente numa altura em que a Comissão da CEE e os seus Estados Membros viraram as suas atenções para a antiga União Soviética e a Europa do Leste. Com efeito, estão a ser consideradas recomendações com vista à organização de uma conferência de um dia "sobre a palição da dívida para os Estados do Grupo ACP" que contaria com a participação de Ministros das Finanças da CEE/ACP, personalidades proeminentes e representantes de organizações não-governamentais (ONGs) que se simpatizam com a causa do Grupo ACP. Espera-se que estas propostas sejam aceites pela CEE, após o que tal foro importante será organizado para considerar o problema do endividamento da África.

(iii) Padrões Técnicos

Tentativas feitas pela Comunidade no sentido de ultrapassar os problemas colocados pelos diferentes padrões nacionais por via de legislações enfrentaram resistência. Consequentemente, isto conduziu à adopção do princípio de reconhecimento mútuo que defende que se um produto é manufacturado e vendido legalmente num Estado Membro este deve ser aceite em todos os Estados Membros, mesmo se os seus padrões técnicos diferirem dos do lugar de origem. Alguns analistas são, todavia, de opinião que para partes terceiras, o reconhecimento mútuo tem alguma vantagem. Defende-se que desde que os padrões da Comunidade não substituem os nacionais, o

reconhecimento mútuo pode permitir os fabricantes da CEE venderem sem restrição em toda a Comunidade, enquanto que os fornecedores externos têm que satisfazer uma variedade de padrões dentro do mesmo mercado. Consequentemente, pode se ver desta perspectiva que o reconhecimento mútuo não conduz necessariamente a um mercado único para países terceiros.

III. ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

A Missão Permanente continua a cooperar com algumas ONGs na Europa, particularmente na área de encorajamento de diálogo sobre importantes questões tais como a democracia e o desenvolvimento, bem como a situação na África do Sul.

Com efeito, a Missão Permanente continuou a trabalhar de perto com os Movimentos Anti-Apartheid Europeus e outras ONGs que promovem a causa africana na Europa. Consequentemente, a Missão Permanente participou nas actividades organizadas pelos Movimentos Anti-Apartheid Belgas sobre a questão do levantamento de sanções sobre a África do Sul e apresentou submissões a instituições europeias tais como a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e a Presidência da CEE, exprimindo lamento pelo facto de a CEE parecer estar a tomar medidas unilaterais para o levantamento de sanções contra a África do Sul, não observando a posição comum da Comunidade Internacional em relação a uma acção faseada.

A Missão Permanente junto da CEE, nas suas actividades que visam garantir que as questões africanas sejam vistas a partir da perspectiva correcta na Europa, participou em reuniões organizadas pelo Fundo de Industrialização para os Países em Vias de Desenvolvimento que é uma Instituição Dinamarquesa de Financiamento ao Desenvolvimento, com a finalidade de promover investimentos nos Países em Vias de Desenvolvimento em colaboração com Empresas e Indústrias Dinamarquesas. A dita reunião tinha por objectivo trocar impressões em geral sobre oportunidades de investimento em África. A presença da OUA foi principalmente para esclarecer os participantes quanto aos pontos de vista da Organização em relação à actual situação política e económica em África, bem como os programas esforços continentais no desenvolvimento económico geral do Continente Africano. A mensagem da OUA era principalmente de que era indispensável que os Países do Ocidente reconhecessem que o pré-requisito ao seu investimento em África que sempre foi um apelo para a democracia, deve ser acompanhado com um reconhecimento pleno de que a democracia deve desenvolver-se em paralelo com o desenvolvimento económico. Se não se puser termo ao actual declínio económico em África, será muito difícil realizar sistemas democráticos significativos.

IV. QUESTÕES DE INFORMAÇÃO

A Missão Permanente junto da CEE continuou a desempenhar o seu papel como principal fonte de informação e sua disseminação nas instituições, imprensa e até mesmo grupos específicos europeus visados. Esta actividade foi levada a cabo através da publicação habitual da "OAU News" e envio de boletins informativos provenientes dos serviços de informação da OUA. Foi também feita uma tentativa, durante o período em revista, no sentido de publicação de uma série de artigos em revistas políticas de renome tais como "ACQUA TERRE" para estimular debate sobre questões como "O Processo de Integração em África".

**CM/1706 (LVI)
PARTE III**

**CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992**

CAPÍTULO III

DAKAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL
SOBRE O SECRETARIADO EXECUTIVO DA
COMISSÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E DA
PESQUISA DA DELEGAÇÃO DE LAGOS
NA 56ª SESSÃO DO CONSELHO DE MINISTROS**

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO GERAL
SOBRE O SECRETARIADO EXECUTIVO DA COMISSÃO
CIENTÍFICA TÉCNICA E DA PESQUISA DA DELEGAÇÃO
DE LAGOS NA 56ª SESSÃO DO CONSELHO DE MINISTROS

1. O Secretariado Executivo da Comissão Científica Técnica e da Pesquisa (OUA/CSTR) prosseguiu as suas actividades tradicionais de supervisão das delegações sub-regionais dependentes da sua jurisdição ao mesmo tempo que continuava a execução dos diferentes programas de pesquisa e formação.

2. Os movimentos do pessoal prosseguiram e concluíram-se pela redução sensível do efectivo do pessoal tanto científico como do apoio. Num futuro próximo terá lugar um novo equilíbrio para permitir uma diversificação das actividades dos programas científicos.

SUPERVISÃO

3. As delegações sub-regionais de Nairobi, Yaoundé, Conakry e Ouagadougou como tem sido o hábito, beneficiaram da supervisão administrativa financeira e técnica da Delegação de Lagos. Esta Supervisão se manifesta ao nível da gestão do pessoal bem como no seguimento da utilização dos fundos e programas específicos dessas delegações.

4. No que respeita o SAFGRAD do que se ocupa a Delegação da OUA em Ouagadougou, felicita-se da extensão e do apoio financeiro do doador principal deste programa, a USAID, até 31 de Dezembro de 1992. Não pouparemos esforços para interessar outros doadores tais como o FIDA, BAD etc, a fim de que conjuntamente com o nosso apoio o Projecto SAFGRAD considere com muita seriedade a execução desta III Fase.

Recordamos que a contribuição anual da OUA no orçamento do Projecto SAFGRAD foi mantida ao seu nível habitual de 100.000 \$EU apesar das dificuldades financeiras reais da Organização.

5. A delegação de Conakry gere o Projecto da Reestruturação e Desenvolvimento Integrado do Maciço do Fouta-Djallom. Este projecto inscreve-se no programa de acção a médio e longo prazo da OUA, PNUE, e do BNUSS para a luta contra a seca, desertificação e

outras calamidades naturais em África. O Coordenador Internacional, desde a sua entrada em função em Setembro de 1991 e iniciou uma série de concertações que atingiram todos os representantes na República da Guiné, os financiadores potenciais e Agências de execução (CEE, Canadá, PNUD, FAC, FAO e USAID) e têm o quadro da discussão de análise, crítica do projecto feito pelo Coordenador Internacional.

6. recordamos que na sua primeira fase o projecto teve que seleccionar as Bacias Representativas Pilotos (BRP) na Guiné, que são estruturas elementares de gestão dos recursos naturais (Solo, Água, Vegetação e Gado) ao nível da bacia vertente para prevenir os fenómenos de degradação desses recursos e da desertificação, a um passo da degradação do meio-ambiente. Os BRP constituem o componente vertical do projecto.

7. A segunda fase do projecto visa a extensão do programa de Aproveitamento do Fouta-Djallon em toda a Zona da extensão do Maciço, tendo em consideração todos os aspectos do meio-ambiente para cobrir a protecção da alta bacia do Niger e os BRP fronteiriços.

Ela visa também, a implementação dos projectos e programas em concertação com todos os Estados interessados e em estreita associação com as organizações existentes do aproveitamento de bacias fluviais e todas as outras organizações sub-regionais interessados.

8. Isto constitui o componente horizontal do projecto na qual uma reunião de trabalho com o PNUD permitiu relançar o processo da reatualização das diferentes agências especializadas do Sistema das Nações Unidas (FAO, UNSO, OMM etc...). A conclusão de todas essas consultas do Coordenador Internacional foi a reunião de 18 a 23 de Maio de 92 do Comité Consultivo Regional do projecto Fouta-Djallon tendo reunido além dos Financiadores do Fundo e executantes locais, os representantes dos países membros e organismos sub-regionais ou internacionais interessados pelas questões de gestão e de protecção dos recursos e do meio-ambiente (UNSO, PNUE, OMM, FAO, CILSS, OMVG, OMVS, ABN, MANO RIVER).

O objectivo desta reunião era a definição de um mecanismo coerente de coordenação de todas as acções da componente horizontal do projecto, evitando a criação de novos organismos internacionais que fariam uma duplicação às funções daqueles já existentes.

9. O Conselho Fitossanitário Interafricano (CPI) de Yaoundé e a Delegação Interafricana para os recursos Animais (BIRA) de Nairobi prosseguiram as suas actividades normais de protecção dos vegetais para o primeiro, e do gado para o segundo, o Centro Africano de Pesquisa e de Formação Fitosanitário (CARFOP) que assegura a formação dos quadros fitossanitários africanos registou uma recuperação académica normal embora a harmonização das acções do CPI e do CARFOP merece ser transformado.

ACTIVIDADES PRÓPRIAS

10. Devido ao facto de que a reestruturação em curso ao nível do Secretariado Geral por um lado e a entrada em pensão de alguns funcionários efectivos da CSTR foi consideravelmente reduzido. O pessoal científico a título de exemplo que compreendia o Secretário Executivo, seus dois Adjuntos e dois funcionários ocupando-se do meio-ambiente e dos recursos do solo, reduzido apenas na pessoa deste último. Esforços estão sendo envidados com vista a dotar este órgão da OUA do pessoal científico competente nos seus principais domínios de actividades tradicionais.

FORMAÇÃO: PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE GESTÃO DOS PROJECTOS AGRÍCOLAS EM ÁFRICA (AMTA)

11. O seguimento da execução do programa AMTA é assegurado por um funcionário, neste momento, transferido para a Sedé em Adis. Recordamos que este programa visa a formação de especialistas em matéria de gestão de projectos agrícolas, tanto é que o sucesso destes projectos encontra-se muitas vezes ligado às capacidades dos gestionários e seus responsáveis.

12. Este programa é o fruto de uma cooperação inter-institucional FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), Banco Mundial pela sua filial, (EDI) Instituto do Desenvolvimento Económico) e a OUA/CSTR (Comissão Científica Técnica e de Pesquisa da Organização da Unidade Africana).

13. A formação diz respeito a:

- .- quadros de projectos (Directores e responsáveis funcionais)
- .- formadores nacionais

- .- os nacionais dos Ministério que decidem (Ministros, Secretários Gerais e Directores Gerais).

O programa prevê a formação de cerca de 550 pessoas.

14. Ele conheceu várias fases ou sub-programas a seguir indicados:

- .- AMTA 1: que se consagrou à formação de 131 quadros de 18 projectos em 6 Estados Membros da OUA da África Austral: BOTSWANA, LESOTO, MALAWI, SWAZILÂNDIA, ZÂMBIA e ZIMBABWE.
- .- AMTA 2: formou 140 quadros de 17 projectos dos 7 Estados membros da África Ocidental e Central: BURQUINA FASO, MALI, MAURITÂNIA, NIGER, SENEGAL, REPÚBLICA CENTRO AFRICANA E CABO VERDE.
- .- AMTA 3: foi relativo a 19 projectos de 7 Estados Membros e formou 28 quadros: GÂMBIA, GANA, SIERRA LEONE, ETIÓPIA, QUÊNIA, TANZÂNIA E UGANDA.
- .- AMTA 4: ela foi implementada em 7 Estados Membros; BENIN, BURUNDI, CAMARÕES, CONGO, MADAGASCAR, RWANDA e TOGO; formou 271 pessoas.
- .- finalmente um 5º sub-programa AMTA 5 que se encontra na fase de gestação e será consagrada aos Estados Membros da África do Norte.

15. O Comité Directivo do programa AMTA, na sua 11ª Sessão realizada em Roma de 16-17 de Dezembro de 1991, teve que tomar certas decisões importantes relativas à duração do programa e o seu futuro.

Foi decidido por exemplo que a tradução do material didáctico fosse feito em Árabe e Português e que a OUA/CSTR através dos fundos que concede ao programa AMTA assegure o financiamento da tradução Árabe.

Quanto a implementação do sub-programa AMTA 5 ela deve efectivamente iniciar-se em Janeiro de 93 depois que a missão de avaliação do sub-programa 1,2,3 e 4 tenha submetido o seu relatório.

**DIVISÃO CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E RECURSOS NATURAIS**

16. A divisão da Ciência, Tecnologia e Recursos Naturais desenvolve dois tipos de actividades relativo à:

- .- farmacopeia
- .- Meio-Ambiente

FARMACOPEIA

As actividades da CSTR relativas à farmacopeia são desenvolvidas no seio do Comité Interafricano sobre as plantas medicinais e a medicina tradicional em África.

Este Comité composto por especialistas africanos, pesquisadores ou universitários para a maioria, prosseguiu o seu programa de inquéritos etnobotânicos nos Estados Membros.

17. Em Setembro de 1991, o Uganda depois da Nigéria em 1990, recebeu por sua vez a equipa de inquérito etnobotânico cujos trabalhos financiados pela OUA permitirão a comunidade científica africana um melhor conhecimento das plantas utilizadas pelas práticas tradicionais em África.

Deve-se notar que essas actividades sobre as plantas medicinais são seguidas por um funcionário que neste momento foi transferido para a Sede e que elas ficarão provavelmente por aí.

MEIO- AMBIENTE

Preparação da OUA à CNUCED-92

18. A Divisão da Ciência Tecnológica e dos Recursos Naturais dedicou-se desde a última Sessão do Conselho de Ministros na preparação da África nas diversas reuniões planificadas com vista à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento previsto para o Brasil em Junho de 1992.

19. A Divisão primeiro participou activamente na preparação no quadro das reuniões do Secretariado Conjunto OUA/BAD/CEA, da Segunda Conferência Ministerial Africana com vista a adopção de uma Posição Comum Africana na CNUCED-92; a Conferência de Abidjan foi realizada de 11 a 14 de Novembro de 1991 e a Divisão participou nos trabalhos do Secretariado Conjunto. Ela contribuiu na elaboração dos diversos documentos tanto na reunião dos peritos como na Conferência Ministerial propriamente dita.

20. Ela contribuiu igualmente na identificação dos consultores responsáveis pelo processo e melhoramento do projecto do texto da Posição Comum preparado pela CEA e tomou uma parte activa na finalização dos relatórios e documentos finais da dita Conferência.

PARTICIPAÇÃO NA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO
DO COMITÉ DO COI SOBRE OS PROCESSOS OCEÂNICOS
E O CLIMA NA VIGÉSIMA-QUINTA SESSÃO
DO CONSELHO EXECUTIVO DA COI

21. A convite do Secretariado da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), a CSTR participou nos trabalhos da Quinta Sessão do Comité da COI sobre os processos Oceânicos e o clima, bem como a Vigésima-Quinta Sessão do Conselho Executivo da COI realizadas nos recintos da UNESCO em Paris de 5 a 18 de Março de 1992.

O objectivo dessas 2 reuniões era de analisar as actividades inter-sessões desses dois órgãos da COI e adoptar as resoluções para as acções desenvolvidas no futuro.

22. Convém recordar que a COI é um instrumento da UNESCO responsável pela coordenação das actividades relativas a um melhor conhecimento dos processos oceânicos tanto do ponto de vista físico, químico e biológico: os recursos marinhos, as inter-faces Oceano-Terra e Oceano-Atmosfera, a influência das actividades humanas sobre a saúde dos Oceanos; aqui se encontram tantos centros de interesse sobre os quais a COI através de comités Ad-Hoc focalizar as suas intervenções.

Com os vários parceiros científicos no membro dos quais conta-se a CSTR/OUA a COI apoiou os programas que visam um melhor conhecimento dos fenómenos oceânicos climáticos e meio-ambiente.

É assim que, por exemplo um memorandum de acordo de cooperação foi assinado pela COI, OMM, ICSU e UNEP sobre o Sistema de Observação Global do Clima (CGOOS). Da mesma forma esses organismos cooperam e coordenam o seu apoio para o Sistema Mundial de Observação do Oceano (GOOS e para o Estudo Mundial de Observação do Oceano (GOOS) e para o Estudo Mundial da Poluição no meio marítimo (GIPME) que são elementos importantes da Agenda 21 da CNUCED.

DIVISÃO DA AGRICULTURA

23. A entrada na pensão do responsável desta divisão afectou sensivelmente as actividades deste. Como tem sido o hábito, a CSTR trabalhou em três eixos que são: SAFGRAD, Conselho Fitossanitário Interafricano e a Ciência dos Solos.

24. Tratando-se do domínio da Ciência dos Solos, recordamos que a Delegação de Lagos recebeu um mandato de executar directamente, nos termos de referência do Centro de documentação e informação da ex-Delegação Interafricana dos Solos a saber:

- .- difundir qualquer informação relativa à utilização, conservação e aproveitamento dos Solos em África,
- .- manter e favorecer os contactos íntimos e as realções de trabalho seguido entre os pesquisadores e técnicos preocupados pelos problemas de erosão e conservação dos solos, isto com o objectivo de evitar as duplicações nos programas de pesquisa agrícola e do conhecimento dos solos;
- .- conservar e manter em dia uma biblioteca especializada a partir da qual os pesquisadores e iniciadores poderão obter as referências bibliográficas para os seus trabalhos e programas.
- .- organizar ou participar activamente nas reuniões internacionais dependentes do domínio do Solo.

25. Durante o período em análise a CSTR, neste quadro, efectuou visitas de ligação aos institutos de pesquisas agrícolas dos seguintes Estados Membros: MAURÍCIAS, BOTSWANA, QUÉNIA ao mesmo tempo que ela prepara activamente a publicação do Volume 24 de "Solos Africanos".

26. Ela também, participou activamente na segunda Conferência da Sociedade Africana da Ciência do Solo realizada no Cairo (Egipto) de 4 a 10 de Novembro de 1991 e no futuro dedicar-se-à a implementação das recomendações obtidas nesta reunião, dentro dos limites dos seus recursos.

**CM/1706 (LVI)
PARTE III**

**CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992**

CAPÍTULO IV

DAKAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE NAIROBI**

ESCRITÓRIO DE NAIROBI

GERAL

1. Conselho de Peritos em Serviços Veterinários

Um Conselho de Peritos em Serviços Veterinários deve reunir-se uma vez por ano para delinear as prioridades do BIRA para o seu programa de trabalho. Infelizmente o BIRA não tem convocado o Conselho há já muito tempo dado que, ultimamente, tem havido insuficiência na dotação orçamental para esta rubrica.

2. Conselho de Redacção de Boletim

O Conselho acima mencionado deve reunir-se pelo menos uma vez por ano. Todavia, o BIRA não o tem convocado durante alguns anos devido à insuficiência de dotação orçamental.

SECÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL

Durante o período em análise, a principal actividade continuou a ser a coordenação de várias actividades para o seguinte:

1. A Rede Africana de Investigação sobre a Círcina de Derivados Agrícolas.
2. A utilização de produtos agrícolas e Resíduos Cerealíferos na Produção Pecuária.
3. Centros de Criação e Multiplicação de Gado Tripanotolerante.

4. Oficina sobre o Melhoramento de Pequenos Ruminantes na África do Norte, Cairo, Egipto, 3-7 de Junho de 1991.

SECÇÃO DE PROJECTOS PECUÁRIOS

Combate da Mosca Tsé-Tsé e Tripanossomíase

O 21º Encontro do Conselho Científico Internacional da OUA/CCTI para a Investigação e o Controlo da Tripanossomíase (ISCTRC) teve lugar em Yamoussoukro, Côte d'Ivoire, de 18-25 de Outubro de 1991. Houve três componentes fundamentais; o seminário de formação (14-18 de Outubro). O seminário de formação contou com a presença de 33 participantes oriundos de 23 países africanos, enquanto que na sessão plenária participaram 180 delegados internacionais.

O BIRA coordenou um Projecto de Combate à Mosca Tsé-Tsé e Tripanossomíase para Quênia/Uganda que opera ao longo da fronteira comum dos dois países nas margens do Lago Vitória. As principais actividades de combate à mosca Tsé-Tsé ao abrigo deste projecto envolveu a utilização de armadilhas, pulverização selectiva de terreno e a aplicação de piretroides sobre o gado. Na terceira reunião de harmonização fronteiriça Quênia/Uganda sobre o combate à mosca Tsé-Tsé e tripanossomíase ao longo da fronteira comum, teve lugar em Jinja, Uganda, a 21 de Junho de 1991, foi informado que houve uma redução significativa da densidade da mosca Tsé-Tsé e da incidência da doença de sono na área do projecto.

SECÇÃO DA SAÚDE ANIMAL

Combate às Carraças e doenças por elas Criadas

O BIRA/OUA, a FAO e o Laboratório Internacional de Investigação sobre Doenças Animais (ILRAD) organizaram, em conjunto, uma Oficina Internacional sobre Combate às Carraças e doenças delas provenientes na África Oriental e Central, no Nile Hotel, Kampala, Uganda, de 12 a 14 de Setembro de 1991. A Oficina tinha por objectivo avaliar o âmbito de problemas associados ao combate à Carraça e doenças dela proveniente na região, avaliar o impacto da vacinação contra a Febre da Costa Oriental (ECF) Na região, desde 1988, e a formação de estratégias regionais para a luta contra a Carraça e doenças dela provenientes.

Pleuropneumonia Bovina Contagiosa (CBPP)

Os surtos de pleuropneumonia bovina contagiosa (CBPP) estão em constante aumento em África. O BIRA convocou uma reunião do Conselho de Peritos na Sede da OIE em Paris, França, de 16 a 20 de Dezembro de 1991. A reunião discutiu a situação da CBPP e os métodos de diagnosticação e controle em África. A reunião foi financiada pela CEE que vai igualmente financiar as actividades de controlo.

Publicações

1. Preparação, publicação e disseminação, em Inglês e Francês, do periódico mensal " Animal Health Statistics " em África.

2. Preparação, publicação e disseminação, em Inglês e Francês, do periódico trimestral " Foot-and-month Disease Typing Report for África".
3. Preparação, publicação e disseminação, em Inglês e Francês, do " Annual Animal Health Statistics in Africa ".
4. Preparação, publicação e disseminação, em Inglês e Francês, do "Annual Foot-and-month Disease Typing Report for Africa".
5. Boletim de Saúde e Produção Animal em África - Vol.39 N^{os} 2-4 e Vol.40 N^o1.
6. Preparação, publicação e disseminação, em Inglês e Francês, do anuário " Panafricana Animal Health Yearbook " para o ano de 1991.
7. Preparação, publicação e disseminação, em Inglês e Francês, de 56 Mapas de distribuição de Doenças Animais.

Campanha Panafricana de Combate à Peste Bovina (PARC)

Vacina contra a Peste Bovina

Cerca de 90 milhões de cabeças de gado foram vacinados em 1991, ao abrigo do programa PARC. Na maioria dos casos, os animais vacinados foram identificados ou por um corte de orelha com sonda de trevo, ou estigma. A maior parte dos países utilizaram a vacina de cultura de camada seca da raça Kabete O, cuja qualidade foi certificada pelos dois centros de controlo de qualidade de vacina da FAO/OUA/PARC que se encontram em Debre Zeit (Etiópia) e Dakar (Senegal).

Sero-Controlo

Um massivo sero-controlo dos reportados níveis de imunidade, foi levado a cabo em vários países. Até os finais de 1991, cerca de 200.000 amostras haviam sido recolhidas e analisadas. Uma oficina de formação para o pessoal envolvido no exercício de sero-controlo teve lugar em Setembro de 1991, em Labovet, Garona, Camarões, sob os auspícios conjuntos da FAO/IAEA.

Desenvolvimento de Vacina Termoestável

No quadro da PARC, a vacina contra o vírus da peste bovina, tolerante ao sol, foi desenvolvida através de selecção de um clone termo-estável de uma linha RBOK clássica do vírus da peste bovina e pela modificação da tecnologia de secagem por congelamento. A vacina produzida prolongou o tempo de vida de conservação.

Encontros de Harmonização de Fronteiras

Em 1991 foram organizados dois encontros de coordenação da PARC, envolvendo a maioria dos Estados Membros da PARC. A Reunião de Coordenação da África Ocidental e Central teve lugar no Togo, Lomé, na 3ª semana de Novembro de 1991, enquanto que a da África Oriental teve lugar na 2ª semana de Novembro de 1991, em Mombassa, Quénia.

Comunicação e Sensibilização

Em 1991/92, o Projecto Regional da Comunicação PARC/FAO prestou assistência aos Estados Membros na sua capacitação para atrair a participação popular na PARC.

Durante o ano, foi levada a cabo intensa actividade de formação pelos Consultores de projecto em matéria de técnicas de comunicação e produção de materiais de comunicação incluindo estojos de instrumentos para pessoal no terreno (no Mali, Uganda, Senegal, Quénia, Sudão), produção radiofónica de milhares de materiais ilustrativos que foram efectivamente utilizados em programas da rádio e televisão, pelas PARCs nacionais.

Foi produzido um boletim trimestral ilustrado em inglês e francês, boletim este que foi distribuído a 34 países de todas as agências internacionais envolvidas na PARC.

**CM/1706 (LVI)
PARTE III**

**CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992**

CAPÍTULO V

DAKAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
ESCRITÓRIO DO CPI PARA O PERÍODO
1991/1992
EM YAOUNDÉ (CAMARÕES)**

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 1991/1992 DO
ESCRITÓRIO DO CPI EM YAOUNDÉ (CAMARÕES)

I - INTRODUÇÃO

1. A falta de dados financeiros e contribuições relativas às despesas efectuadas a partir das rubricas orçamentais, incluindo os referentes aos meses de : Abril e Maio 1991: (Exercício Orçamental 1990/1991) e Junho, Julho, Agosto e Setembro 1991: (Exercício 1991/1992) e o facto de o contabilista não ter apresentado mensalmente os relatórios, como estipula o Regulamento Financeiro em vigor, influenciaram negativamente a implementação do programa científico e técnico orçamentado para o Escritório.
2. O contabilista só pôde apresentar estes dados a título de regularização, a 12/10/91.
3. Face a este bloqueio, o Escritório conseguiu engajar fundos para a execução do programa científico, com receio de incorrerem despesas em excesso ou de realizar mesmo despesas não previstas nas rubricas orçamentais.
4. Os sete meses de bloqueio consecutivo constituíram, para o Escritório, incluindo outros erros similares cometidos pelo contabilista, durante os exercícios 1989/1990 e 1990/1991, um dos factores importantes que minaram grandemente o processo de execução das resoluções e recomendações técnicas formuladas, bem como as acções científicas orçamentadas e inscritas no programa, a título do exercício em curso.
5. Consequentemente, o relatório trata das actividades realizadas durante o período compreendido entre o mês de Novembro de 1991 a 31 de Maio de 1992.

II - SUBVENÇÕES ORÇAMENTAIS RECEBIDAS NA DELEGAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO 1991/92

6. O orçamento aprovado, a título do exercício, é de 596.200,00: foram recebidas no CPI apenas três subvenções trimestrais detalhadas como se segue:

Nº	TRIMESTRES ORÇAMENTAIS	DATA DA RECEPÇÃO NO CPI DAS SUBVENÇÕES	MONTANTE DE SUBVENÇÕES RECEBIDAS EM US\$	OBSERVAÇÃO SUBVENÇÃO TRIMESTRAL ORÇAMENTAL DA
1	Junho/Julho/Agosto 1991	11/07/1991	174.055,00	100% recebido durante o trimestre
2	Setembro/Outubro/Novembro 1991	Nada	Nada	Nada
3	Dezembro 91/ Janeiro e Fevereiro 1992	12/02/1992	85.000,00	Menos de 50% recebidos
4	Março/Abril/Maio 1992	31/3/1992	75.000,00	Menos de 43% recebidos
		TOTAL	334.055,00	47,97% do Orçamento concedido e recebido

7. O atraso registado no seu aprovisionamento, para o CPI, bem como o bloqueio das acções indicadas anteriormente, constituíram um dos principais factores negativos da execução racional das acções do programa.

III - OBJECTIVOS DAS REDES DE PESQUISA

8. Elas procuram promover e coordenar as actividades técnicas de pesquisa/desenvolvimento nas zonas geológicas e vulgarizar os resultados obtidos nos Estados Membros.

9. Os pesquisadores terão, para o efeito, por missão:
- a) desempenhar um papel importante na produção, aquisição, tratamento e difusão de dados técnicos, através da publicação de um boletim de informações científicas;
 - b) ajudar na manutenção e difusão de utensílios de diagnósticos (plantas-testes por testes biológicos, antiserums e antigênes de referência aos testes serológicos);
 - c) promover a formação de quadros a todos os níveis;
 - d) apoiar as acções que visam a aproximação dos pesquisadores das estruturas de desenvolvimento e a criação de estruturas nacionais e regionais de quarentena fitossanitária em África;
 - e) apoiar a pesquisa, através da identificação de projectos temáticos e comunitários e intervenção na pesquisa de fundos de financiamento.
10. Nesta fase, a rede serve de quadro estatutário para a:
- mobilização dos pesquisadores, por disciplina fitossanitária;
 - recolha, tratamento e difusão de informações científicas e técnicas, por disciplina fitossanitária em África;
 - cooperação científica e técnica, através de intercâmbio de pesquisadores e de troca de resultados;
 - colaboração entre os pesquisadores do Sul e os do Norte;
 - intercâmbio e formação científica e técnica, sob a forma de colóquios, seminários e oficinas de trabalho;
 - organização de cursos e estágios de formação, a médio e longo-prazos, nas diferentes disciplinas fitossanitárias;
 - aproximação dos pesquisadores e das estruturas de desenvolvimento;
 - assistência ao financiamento dos projectos de pesquisa/desenvolvimento referentes aos programas nacionais.

IV - REALIZAÇÕES CIENTÍFICO/TÉCNICAS DO PROGRAMA DE
ACÇÃO ORÇAMENTADA (PROGRAMA 4/13):

A) Sub-programa: Abordagem Regional aos Estudos dos
Problemas Fitossanitários em África:

11. Vários temas de pesquisa foram identificados e projectos de pesquisa/desenvolvimento formulados, no quadro da implementação das Resoluções CM/Res. 1173 (XLVIII) e CM/Res. 1238 (L), incluindo recomendações técnicas dos órgãos científicos do CPI.

9a) Acções Científicas e Técnicas executadas em 1991/1992 no
quadro das Redes de Pesquisa:

12. Os temas dos problemas fitossanitários inventariados nas zonas geocológicas para a implementação das Resoluções CM/Res. 119 (IX), CM/Res. 1173 (XLVIII) e CM/Res. 1238 (L), serviram de termo de referência às redes regionais de pesquisa, estes serão seguidamente retidos no programa do exercício em curso:

a1) Fitovirologia das plantas cultivadas (plantas alimentícias, hortícolas e industriais) em África;

a2) Micropropagação vegetal em África;

a3) Antraconose dos lagos do cafezeiro na África Oriental, Austral, Central e Floresta Ocidental;

13. A constituição de redes de pesquisa definidos sobre os temas que se seguem, atrasou-se devido a problemas financeiros;

a4) Cercosporiose negra da banana pão da África Ocidental e das Florestas Central e Oriental;

a5) Brucos de legumes e de cereais nas zonas geo-ecológicas da África Ocidental e Oriental Saheliana;

a6) Estriga nas culturas cerealíferas da África Ocidental, Central, Oriental e Austral;

a7) Capucinho de grãos (*Prostephanus truncatus*) de milho armazenado na África Ocidental Florestal e Oriental;

a8) Praga de gafanhotos (peregrino, migratório, vermelho e salteador) na África Ocidental, África do Norte, Central, Oriental e Austral;

a9) Praga de gafanhotos fétidos (zonocerus variegatus) em culturas alimentícias na África Ocidental, Central e Austral;

10) Informatização de dados fitossanitários em África:

14) Importantes prejuízos económicos são causados às culturas e aos produtos vegetais contaminados em África. Os seus estudos só podem ser, eficazmente, realizados no quadro da pesquisa sinérgicamente conduzida, relativa ao melhoramento conjugado de outros factores inibidores de produção agrícola nas zonas geocológicas africanas.

15. Os estudos técnicos de investigação são executados com o objectivo de recolher, para as redes operacionais, dados sub-regionais, regionais e multi-regionais necessários na formulação de projectos de pesquisa/desenvolvimento, cujos componentes são, hoje, constituídos pelos programas nacionais identificados em cada uma das zonas delimitadas, durante a execução das Resoluções CM/Res. 1173 (XLVIII) e CM/Res. 1238 (L).

16. Os projectos formulados serão submetidos à apreciação do Secretário Geral, para efeitos de angariação de fundos de financiamento pelo Secretariado Permanente Conjunto OUA/CEA/FAO, para o efeito criado pela Resolução CM/Res. 1173 (XLVIII). A gestão de fundos de financiamento das redes caberá aos coordenadores regionais respectivos, em colaboração com o Secretariado do CPI.

9b) Redes Regionais de pesquisa funcionais:

17. A recomendação técnica relativa à criação de redes regionais chamadas a coordenar e a gerir, de forma coerente, quaisquer actividades de pesquisa, bem como a vulgarização fitossanitária realizadas nas zonas geocológicas africanas, constitui um dos resultados mais significativos dos estudos realizados a partir dos problemas fitossanitários inventariados (Relatório CM/1558 (L)).

18. Durante a análise da implementação da recomendação, o Escritório considerou que a gestão das actividades é relativamente vasta, englobando todos os aspectos fitossanitários de culturas, o que constituía uma enorme responsabilidade para o Continente. Ela deverá ter em conta a integração de todas as seis zonas geocológicas em África.

19. Os órgãos científicos do CPI adoptaram ainda a criação de redes, por disciplina ou cultura, à semelhança das existentes no domínio da produção agrícola (redes de tubérculos, redes da bananeira, redes do milho, etc...)

20. Esta abordagem ao estudo respondeu ainda favoravelmente ao desejo dos pesquisadores interessados no programa e a uma acção concreta para a resolução dos problemas dos depredadores, patogénos e parasitas adventícios de culturas e dos produtos vegetais das zonas.

9b1) Rede Regional de Pesquisa em Fitovirologia das Plantas Cultivadas (RAVI) relatório CPI-Y (1991)37.

21. A missão original da rede era a de garantir que o pesquisador saísse do seu isolamento e de reforçar os programas nacionais, assim como identificar os temas federativos de estudos que se devem executar com menos dificuldades.

9b1.1) Realização do RAVI

22. A rede criada em Junho de 1991, através de uma reunião de peritos e outros, organizada pelo CPI em colaboração com os programas nacionais, aprovou o seu projecto de estatutos e designou o seu coordenador técnico regional e os seus seis coordenadores sub-regionais, a saber:

Nº	NOMES E APELIDOS	ZONA	ENDEREÇOS
1	Dr. AZIZ ABDOU MBAYE	África Ocidental Saheliana	ISRA, Centre Development Horticulture BP 154 DAKAR, (Senegal)
2	Dr. THERESE ATCHAM	África Central	CARFOP BP. 409 DSCHANG, (Cameroun)
3	Dr. JEAN CLAUDE THOUVENEL	África do Norte	ORSTOM Mustafa Kamel Street Maddi CAIRO, (Egypte)

Nº	NOMES E APELIDOS	ZONA	ENDEREÇOS
4	PROF. ANNO ABO	África Ocidental Florestal	Département Science et Technologie Universté d'Abidjan (COTE d'IVOIRE)
5	PROF. K. WAITHAKA	África Oriental	Département of Crop Sciende University of Nairobi, (Kenya)
6	Dr. J. M. GOPO	África Austral	Department of Crop Sciende, University of HARARE, (Zimbabwe)

23. A missão técnica confiada a cada um dos coordenadores na sua respectiva zona de acção, é uma missão que se desenrola no terreno e que obedece aos seguintes termos de referência:

- apresentação de relatórios, por zonas geo-ecológicas da fitovirologia e das pesquisas e outros, efectuados ou em fase de execução com o seu concurso de programas nacionais dos países membros, incluindo cada uma das zonas;
- actualização do dossier científico e técnico do problema;
- identificação de peritos fitoviológicos dos programas de pesquisa implicados nos estudos considerados;
- identificação dos resultados ou dos problemas registados e formulados de soluções, a médio e longo-prazos;
- identificação de centros eventuais por excelência, das sub-regiões para a formação de quadros na disciplina.

24. Os membros do RAVI são compostos por peritos em fitovirologia tropical e que se encontram envolvidos nos programas nacionais dos países contidos nas zonas respectivas.

25. A animação da rede encontra-se, actualmente, bloqueada por causa do contabilista do CPI que se recusa a apresentar os justificativos referentes à tomada a cargo dos custos de participação dos peritos/consultores científicos envolvidos na missão. Actualmente, este bloqueio é o principal factor que dificulta a realização dos estudos e execução das acções do programa RAVI nas zonas geo-ecológicas africanas.

26. Os projectos de pesquisa/desenvolvimento sobre os estudos engajados, serão apresentados ao Secretariado Geral, para a procura de fontes de financiamento pelo Secretariado Conjunto Permanente OUA/CEA/FAO, constituído para o efeito, pela Resolução CM/Res. 1173 (XLVIII).

9b1.2) Contribuição Financeira da OUA ao RAVI:

Exercício Financeiro 1991/1992: Rubrica 800

Crédito Orçamental concedido: 20.000,00 \$EU

Despesas: 11.291,16 \$EU

Saldo a 30 de Abril de 1992: 8.700,84 \$EU. Este saldo servirá para custear os trabalhos da reunião restrita do Conselho Científico Consultivo (CSC) do CPI, que será convocada no Escritório em Maio de 1992).

9b2) Rede Regional de Micropropagação Vegetal (RAM)
(Relatório CPI-Y (1991)53 b):

27. O objectivo visado é semelhante ao do RAVI.

9b2.1) Realizações do RAM

28. A rede, criada em Janeiro de 1992 através de uma reunião de peritos organizada pelo Secretariado Científico do CPI aprovou o seu projecto de estatutos e designou o seu coordenador regional e os seis coordenadores sub-regionais, a saber:

Nº	PERITOS	ZONAS	ENDEREÇOS
1	Dr. AZIZ A. MBAYE	África Ocidental Saheliana	ISRA, Centre Développement Horticulture BP. 154 <u>DAKAR</u>
2	Dr. K.S. ZOCK	África Central	IRA D'EKONA BP 25 EKONA, Cameroun
3	Prof. ANNO ABO	África Ocidental Florestal	F.S. Université d'Abidjan, (Côte d'Ivoire)
4	Prof. K. WAITHAKA	África Oriental	Dept. of Crop Science, University of KABETE, CAMPUS P.O. Box 30197 Nairobi, (Kenya)
5	Dr. J. M. GOPO	África Austral	Dept. of Crop Science, University of Zimbabwe Mont Pleasant P.O. Box 167 HARARE (Zimbabwe)

29. A missão da rede confiada aos coordenadores sub-regionais na sua ecologia respectiva, responde aos seguintes termos de referência:

- 1) apresentação de um relatório sobre a micro-propagação vegetal, pesquisa e outras acções afins executadas com o seu concurso dos programas nacionais em biotecnologia nos países incluídos nestas zonas;
- 2) actualização do dossier científico relativo ao problema;
- 3) identificação de peritos implicados nos programas da micro-propagação vegetal, de pesquisa fitossanitária, de genética molecular dos vegetais e da biotecnologia;

- 4) identificação dos resultados ou dos esquemas registados e apresentação de soluções a médio e longo-prazos;
- 5) identificação de centros eventuais de excelência da sub-região na disciplina.

30. Dificuldades similares às enunciadas nos pontos 25 e 26 do presente relatório, constituíram os principais obstáculos que provocaram o atraso registado na elaboração dos relatórios sub-regionais e do projecto de pesquisa/desenvolvimento em micropropagação vegetal que daí decorrem. Prosseguem estudos no terreno, apesar destas dificuldades.

9b2.2) Contribuição Financeira da OUA ao RAM

31. Ela serviu para a tomada a cargo dos custos engajados nos estudos e na iniciação da rede; situação a 31/05/1992:

- exercício financeiro 1991/1992;
- rubrica 901
- crédito orçamental concedido: 41.807,00 \$EU
- despesas a 31/5/92: 41.807,00 \$EU

Prosseguem actividades no terreno.

9b3) Rede Regional de Pesquisa sobre a Autracnose das bagas do cafezeiro na África Oriental, Austral (RAC)

9b3.1) Objectivo do RAC

32. O objectivo visado é similar ao do RAVI.

33. Os membros do RAC são peritos em actividades nos programas nacionais e trabalham nesta disciplina; indicam-se a seguir o coordenador regional e os coordenadores sub-regionais ou nacionais: os pesquisadores que se identificam com o CPI, são responsáveis pela missão científica do RAC em toda a actividade da sua zona de acção respectiva:

Nº	NOMES E APELIDOS	GRAU/FUNÇÃO	PAÍS DE ORIGEM
1	Sr. LEONDA GAHIRO	Director do Escritório Responsável pelo Café	
2	Srª Georgina J. HAKIRA	Chefe da Unidade do Café/Cacau/Óleo de Palma	<u>KAMPALA</u> (Uganda)
3	Sr. ATO E. Derso	Director do Instituto de Investigação Agrária	<u>ADIS ABEBA</u> (Etiópia)
4	Sr. F. S. NGULU	Director de Pesquisa Agrária	DAR-ES-SALAAM (Tanânia)
5	Sr. SIBOMANA	Director do Programa Pesquisa do Café	<u>KIGALI,</u> (Rwanda)
6	Sr. GAMES NGUINI	Director do Instituto do Café	<u>Harare,</u> Zimbabwe)

34. A missão científica e técnica a ser efectuada no quadro do relatório de acção respectiva aos seguintes termos de referência:

- Estudos das infecções devidas à antracnose das bagas e pesquisas afins conduzidas nas zonas relativas aos programas nacionais;
- Actualização da documentação científica e outros;
- Identificação dos peritos dos programas nacionais implicados na pesquisa sobre a Antracnose das bagas;
- Identificação dos resultados ou das dificuldades registadas e propostas de soluções a médio e curto prazos;

- Identificação dos centros eventuais de excelência da sub-região ou dos países para a formação de quadros neste domínio.

35. A falta de fundo orçamental limitou as intervenções com vista à constituição efectiva de três redes sub-regionais, RAVI, RAM e RAC, numa única.

36. As redes a serem constituídas a partir dos termos de referências elaboradas nos pontos 12 a 4 até a 10 do presente relatório, beneficiaram de estudos sobre os impactos dos prejuízos infligidos às culturas e aos produtos vegetais contaminados, e de escolha dos peritos dos programas nacionais e associados.

37. As actividades engajadas prosseguirão durante o exercício 1992/1993, com vista a concluir os estudos empreendidos, incluindo o destaque de outros temas de pesquisa relativos à acuidade dos problemas fitossanitários identificados...

B. AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM ÁFRICA, DAS ESTRUTURAS, INFRAESTRUTURAS CIENTÍFICAS E TÉCNICAS, BEM COMO DOS SISTEMAS FITOSSANITÁRIOS QUE INTERVÊM NO PROCESSO DE MELHORAMENTO DESSAS PRODUÇÕES

38. Os estudos de investigações iniciados nas zonas, com o objectivo de inventariar os problemas fitossanitários por ocasião da implementação das Resoluções CM/Res. 1173 (XLVIII) e CM/Res. 1238 (L), não foram executados na Zâmbia, Lesoto, Swazilândia, Namíbia e Botswana.

39. As actividades conduzidas, em relação aos programas nacionais e às instituições regionais de pesquisa científica baseadas nos países e zonas, manifestaram-se através dos estudos relativos a essas dificuldades e conduziram à elaboração de um banco de dados para a sub-região.

40. Elas foram objecto de um relatório - CPI-Y (1992), de 8 de Abril de 1992, largamente difundido nos Estados acima mencionados.

41. Estudos paralelos também foram feitos sobre a distribuição da cercosporiose negra da banana nos seguintes países membros: Rwanda, Burundi, Tanzânia, Zanzibar, Uganda e Quênia, todos eles da sub-região da África Oriental.

42. Elas foram objecto do relatório - CPI-Y (1992), de 10 de Abril de 1992 difundido, igualmente, nos programas fitossanitários nacionais dos referidos Estados.

43. Os créditos de 25.520,00 \$EU concedidos em apoio destas acções na rubrica 903 (PC 33, 36, 38, 40, 41) foram utilizados como se segue:

Exercício financeiro: 1991/1992
Rubrica: 903
Crédito concedido: 25.520,00 \$EU
Despesas a 31/05/1992: 25.520,00 \$EU

44. Estão ainda em curso actividades no terreno, com vista a resolver os dados científicos necessários para a elaboração de estudos de controlo estratégicos da cercosporiose, por um lado, e para identificação dos problemas fitossanitários susceptíveis de serem resolvidos no quadro das redes, por outro lado.

C. Sub-Programa: 4.13.4:
PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS FITOSSANITÁRIAS

45. O programa adoptou a difusão dos documentos científicos que foram objecto dos seguintes relatórios:

a) CPI-Y (1989)117 e 130: Produção e Sistemas de Produção de Culturas e de Produtos Vegetais na Floresta da África Ocidental;

b) CPI-Y (1989)37 e 118: Principais Problemas Fitossanitários das Culturas e dos Produtos Vegetais na África Central;

c) CPI-Y (1989)119: Produção Agrícola e Sistemas de Protecção de Culturas e Produtos Vegetais na África do Norte.

d) CPI-Y (1989)120: produção Agrícola e sistema de Protecção de Culturas e de Produtos Vegetais na zona geo-ecológica da África Oriental;

e) CPI-Y 1989)58: Projecto de Utilização de Plantas, com efeitos de insecticida na África;

f) Acta do Seminário Conjunto OUA/UDEAC/CTA/Congo sobre a criação de uma rede Africana de Protecção Vegetal.

46. Os documentos editados aguardam apenas fundos para entrarem no firelo.

47. Estão sendo envidados esforços para a elaboração do segundo volume do "MAPS, intitulado "Carta de Distribuição dos Principais Parasitas susceptíveis de contaminarem as culturas e os produtos vegetais em África.

48. O documento fornecido aos programas nacionais, de dados científicos relativos aos depredadores, patogénes e meliorbiologia cujos desgastes ocasionados podem afectar as economias das culturas e de produtos vegetais explorados no Continente.

49. Publicações científicas impressas e distribuídas, hoje, a favor dos programas fitossanitários nacionais intituladas:

- a) Depredadores do Milho-miúdo tradicional na zona geo-ecológica da África Saheliana;
- b) Produções agrícolas e sistemas de Protecção de Culturas e das Colheitas armazenadas na zona saheliana da África Ocidental;
- c) Organismos de Quarentena para a África.

50. Estão ainda em curso no terreno, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, nomeadamente na elaboração para impressão dos relatórios de estudos científicos dirigidos ao seio das redes regionais criadas.

51. Crédito orçamental concedido:

- Exercício financeiro: 1991/1992
- Rubrica 608
- Crédito concedido: 20.000,00 \$EU
- Despesas a 31/05/1992: 20.000,00 \$EU

Prosseguem-se as actividades neste domínio.

CONCLUSÕES

As dificuldades e os obstáculos encontrados desempenharam um grande papel inibidor na execução das acções técnicas do programa orçamentado.

Existe ainda uma negligência manifesta que caracteriza a vida profissional da maioria dos funcionários do CPI.

O actual rendimento das nossas intervenções, poderia ser duplicado ou mesmo triplicado, se a execução dos compromissos instruídos através de vários memorandos adoptados no quadro orçamental da delegação e em conformidade com as disposições financeiras regulamentares em vigor, não enfrentassem nenhum obstáculo da parte do responsável da secção financeira. O nosso trabalho não foi nada fácil devido à hierarquia superior, cujas reacções da exploração dos relatórios e outros documentos redigidos pelo Secretariado Científico do CPI, nunca foram conhecidos.

ABEL LEBRUN MBIELE
SECRETÁRIO CIENTÍFICO DO C.P.I.

**CM/1706 /LVD)
PARTE III**

**CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-QUINTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992**

CAPÍTULO VI

DAKAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
SECRETARIADO EXECUTIVO DA OUA
EM GENEVRA, SUIÇA**

PRIMEIRO SEMESTRE DE 1992

ASSUNTOS POLÍTICOS E DE INFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO

5. Durante o período em análise, o Secretariado Executivo tomou parte activa numa série de reuniões que se realizaram para examinar questões que se inscrevem no quadro das grandes preocupações da OUA, nomeadamente o problema dos Refugiados, dos Direitos do Homem e do Desarmamento. Em todas estas acções empreendidas, o Secretariado Executivo procurou garantir que a posição da OUA fosse reflectida o mais fielmente possível e obtivesse o mais amplo consenso.

1. Reunião do Sub-Comité Plenário sobre protecção internacional - Genebra 20-23 de Janeiro de 1992

6. Esta reunião foi consagrada ao exame dos elementos que já não são tomadas em linha de conta na concessão do Estatuto de Refugiado. Por outras palavras, o recurso à aplicação das cláusulas de cessação enunciadas na Convenção de 1951. É forçoso constatar que é necessário proceder a uma análise exaustiva da natureza profunda e duradoura das transformações ocorridas no país de origem que se revestem de um carácter fundamental das estruturas legislativas, políticas e constitucionais.

7. O Secretariado do ACNUR apresentou um projecto de resolução que tomava em consideração as propostas feitas pelos países ocidentais que apoiam a reactivação das cláusulas de cessação e as dos países do terceiro mundo que não deixaram de sublinhar o elo existente entre a cessação e a repatriação livremente consentida por um lado e entre a cessação e o "país seguro", por outro lado. A referida resolução será examinada aquando da próxima reunião do Comité Executivo em Outubro de 1992.

A. Os Países Ocidentais avançaram os seguintes pontos:

8. O Estatuto de Refugiado reveste-se de natureza intrinsecamente provisório, como o indicam os termos da Convenção de 1951.

9. Os laços sociais e económicos estabelecidos pelos Refugiados no país de asilo não justificam uma residência permanente.

10. A mudança das circunstâncias em relação aos elementos específicos que motivaram a concessão do Estatuto de Refugiados deve ser examinada.

11. A cláusula de cessação relativa às circunstâncias que cessaram de existir pode-se aplicar a indivíduos assim como a grupos de refugiados, sem que sejam necessariamente preenchidas todas as condições, a fim de permitir uma aplicação mais vasta a todos os refugiados.

12. O carácter voluntário do regresso dos refugiados não deve ser tomada em consideração, uma vez que a cláusula da cessação é aplicada.

B. Os países do Terceiro Mundo destacaram os seguintes pontos:

13. As modalidades de regresso devem ser elaboradas em estreita colaboração com os Estados Contratantes interessados e a Comunidade Internacional deve facilitar o processo de reintegração dos repatriados.

14. As cláusulas de cessação têm em geral uma aplicação limitada e elas não devem em nenhum caso tornar-se num mecanismo que permita fazer face a situações em relações aos quais jamais foram previstas.

15. As cláusulas de cessação não podem ser aplicadas aos refugiados que, apesar das transformações fundamentais nos seus países de origem, sempre manifestaram um receio fundamentado de perssiguição.

16. Os acontecimentos que poderiam atestar as transformações fundamentais que motivam a aplicação das cláusulas de cessação devem ser seguidas por um período de tempo suficiente que garanta o estabelecimento do seu carácter estável e duradouro.

17. As cláusulas de cessação devem ser aplicadas numa base individual em conformidade com a Convenção de 1951.

18. As decisões quanto a aplicação e as cláusulas de cessação relativas às circunstâncias que tenham cessado de existir, devem ser harmonizadas entre os Estados mediante a participação do ACNUR, e não devem ser aplicadas senão na base de um acordo entre todas as partes interessadas, incluindo o país de origem.

C. Projecto da resolução do ACNUR

19. Na base dos pontos de vista expressos aquando das discussões, o ACNUR submeteu aos Estados Membros uma resolução que:

- (a) Recomenda os Estados membros que prevejam manter favoravelmente o Estatuto de Refugiado ou um outro Estatuto apropriado, preservando os direitos adquiridos, as pessoas que solicitem uma residência permanente no país de asilo na base de laços sociais e económicos sólidos nesse país;
- (b) Recomenda igualmente que o processo de implementação de uma decisão sobre a cessação para indivíduos ou grupos de indivíduos seja claramente estabelecido e conhecido pelas partes interessadas e preveja, na medidas do possível, disposições e facilite o retorno, incluindo documentos de viagem, segurança social, transferência dos haveres e bens sociais, assim como uma assistência na reintegração no país de origem.

**2. CONFERÊNCIA DE DESARMAMENTO, PRIMEIRA PARTE
GENEVA, 21 DE JANEIRO A 26 DE MARÇO DE 1992**

20. A Conferência do Desarmamento, constituída por 39 Estados incluindo 7 africanos: (Argélia, Egipto, Etiópia, Quênia, Marrocos, Nigéria e Zaire), entrou na sua última fase da elaboração de uma Convenção sobre as armas químicas. Trata-se de pronunciar sobre a interdição completa e efectiva dessas armas de destruição massiva, em particular a sua concepção, fabrico, armazenamento e emprego.

21. Embora exista um consenso sobre a necessidade de banir as armas químicas, os mecanismos de garantia, de controlo e de verificação suscitaram tomadas de posição que reflectem preocupações regionais ou interesses nacionais. Neste quadro a África Austral submeteu um projecto susceptível de encontrar um equilíbrio entre a preocupação de alguns de garantir um controlo eficaz e a preocupação de outros de ver instalar-se uma intrusão excessiva.

22. Importa notar que a conferência acedeu ao pedido de 39 Estados não-membros participarem nos seus trabalhos na qualidade de Observadores. É assim que os Camarões, Gana, Senegal, Tunísia e o Zimbabwe foram aceites, assim como a África do Sul. O pedido deste último havia sido objecto de discussão ao nível do Grupo Africano em Genebra que acabou constatando que Pretória é membro da Agência Internacional da Energia Atómica e que ela tinha firmado o Tratado da não-proliferação nuclear.

23. Numerosos países esperam ver a conclusão da Convenção sobre as armas químicas antes do fim do ano corrente. A maioria dos países do terceiro mundo receam uma eventual politicização da questão da inspecção e da verificação; seria por conseguinte desejável que ao nível da OUA se adoptasse uma Posição Comum Africana.

3. Quadragésima-Oitava Sessão da Comissão dos Direitos do Homem - Genebra, 27 de Janeiro a 6 de Março de 1992

24. Duante a sua 48ª Sessão, a Comissão dos Direitos do Homem examinou as diversas violações flagrantes e sistemáticas do Direito do Homem numa série de países, em particular na África Austral e no Próximo Oriente. Ela debruçou-se igualmente sobre o gozo efectivo dos Direitos sócio-económicos, da administração da justiça, protecção das pessoas à todo o tipo de detenção. Entre as outras questões inscritas na Agenda figuram os fenómenos persistentes, tais como a tortura, as execuções sumárias, os desaparecimentos, os maus tratos e a exploração que afecta as crianças e outros grupos vulneráveis da sociedade.

25. Na véspera da 48ª Sessão da Comissão dos Direitos do Homem, o Grupo Africano tinha garantido o acordo sobre a candidatura da Tunísia à Vice-Presidente. A escolha foi endoçada pela Comissão que elegeu a Presidência, o Sr. Pal Solt, da Hungria assistido na Vice-Presidentência pela Austrália e pelo Irão, e no posto de Relator pela Colômbia.

26. Importa notar que a Comissão reuniu-se pela primeira vez, desde o seu alargamento. Com efeito, o número dos membros passou de 43 a 53. A África conta com 4 novos membros, a saber: Angola, Gabão, Líbia e Nigéria para além dos antigos 11 membros, a saber: Burundi, Gana, Gâmbia, Quênia, Lesoto, Madagáscar, Mauritània, Senegal, Somália, Tunísia e Zâmbia.

27. O Grupo Africano realizou uma série de reuniões, a margem da 48ª Sessão da Comissão dos Direitos do Homem. Numa primeira altura, as resoluções a submeter a Comissão foram assim distribuídas:

- Egipto:** Consequências nefastes para o gozo dos Direitos do Homem resultantes da assistência política, militar económica e outras concedidas ao regime colonialista e racista da África do Sul, adoptado por 35 votos a favor, 15 contra e 3 abstenções.
- Tanzânia:** Situação dos Direitos do Homem na África do Sul, adoptada sem votação.
- Nigéria:** Utilização de mercenários para impedir o exercício do Direito dos Povos de disporem deles próprios, adoptada por concenso.
- Senegal:** Implementação do Programa de Acção da segunda década da luta contra o racismo e a discriminação racial, adoptada por concenso.

28. Realizaram-se reuniões de consulta ao nível do Grupo Africano, para adoptar abordagens e tácticas em relação a outros grupos regionais e para integrar nos projectos de resoluções as suas legítimas preocupações. No quadro das suas concertações, o Grupo Africano escutou o Chefe da delegação americana, o Embaixador Blackwell, que falou sobretudo da necessidade de adoptar uma linguagem nas resoluções sobre a África do Sul que tenham em conta os novos acontecimentos que aí se registam. Por seu lado, o Embaixador da China, o Sr. Fan Guoxiang, fez uma exposição do contexto histórico e político do problema do Tibet e solicitou ao Grupo Africano a dar mostras da solidariedade a favor das teses de Pequim.

29. Importa notar que aquando da eleição para a renovação do mandato da metade dos 26 membros da sub-comissão da luta contra as medidas discriminatórias e da protecção de minorias, os peritos do Egipto, Etiópia, Marrocos e Tunísia recolheram os votos necessários para representarem a região africana durante os próximos quatro anos. O mandato dos três outros membros africanos, originários da Nigéria, Senegal e Argélia, só expira em 1994.

30. Por outro lado, a nomeação de um Relator Especial responsável pelas minorias, constitui um engajamento da parte da comunidade internacional para lutar contra o renascimento cada vez mais crescente e agressivo do racismo e da xenofobia .

31. A 48ª Sessão da Comissão dos Direitos do Homem constitui para os países do terceiro mundo uma ocasião para sublinharem que o direito ao desenvolvimento é indissociável do direito dos povos de disporem de si próprios e de disporem livremente dos seus recursos nacionais sem ingerência ou pressão externas.

32. Foi dado um enfoque particular, por outro lado sobre as

distorções nas relações económicas que minam a plena realização dos direitos económicos, sociais e culturais.

33. O respeito dos direitos do homem, que é concebido pela maioria dos Estados como mais uma obrigação moral do que jurídica, está prestes a tornar-se um critério para a integração no seio da comunidade internacional. A Comissão tem cada vez mais tendência a criar um tribunal de consciência da humanidade. A Comissão passa uma série de julgamentos, veredictos e condenações. Ela já não constitui um fórum de diálogo construtivo e de adopção de um consenso que levaria o Estado em falta a corrigir alguns dos seus erros.

34. Neste contexto, os países africanos onde se registam violação dos direitos do homem podem vir a tornar-se os próximos alvos privilegiados de críticas e de condenações por parte da Comissão. O respeito dos Direitos do Homem e do grau da democratização poderão constituir um critério para toda a cooperação ou assistência do Norte. O Ocidente insiste sobre a preeminência dos direitos civis e políticos sobre os direitos económicos e sociais.

4. COMITÉ PREPARATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS DIREITOS DO HOMEM - SEGUNDA SESSÃO, GENEBRA, 30 DE MARÇO A 10 DE ABRIL DE 1992

35. A segunda sessão do comité preparatório da conferência mundial dos direitos do homem, realizou-se de 30 de Março a 10 de Abril de 1992 em Genebra, sob a Presidência da Sr^a Halima WARZAZI, do Marrocos. Ela inscreve-se no quadro dos preparativos da conferência dos direitos do homem prevista para 1993. Esta última deve avaliar os progressos realizados em matéria dos direitos do homem e examinar os meios para ultrapassar os obstáculos que se colocam aos novos progressos, destacando o estudo das relações entre o desenvolvimento e a democracia.

36. Durante a sua reunião, o comité preparatório procedeu ao exame detalhado do projecto do regulamento interno da conferência mundial. À excepção das disposições relativas ao número de Vice-Presidentes e à participação dos organismos não-governamentais, todos os artigos foram adoptados.

37. No que respeita a questão do Fundo de Contribuições Voluntárias, criado para financiar a participação dos representantes dos países menos avançados nas reuniões preparatórias e na conferência mundial, ficou decidido recomendar a Assembleia Geral que não só previsse a cobertura das despesas de viagem, mas igualmente pagar-se um subsídio de ajuda de custo a

cada um dos representantes dos PMAs. Importa salientar ainda que foi o Grupo Africano que tomou a iniciativa de fazer adoptar pela reunião a inclusão do subsídio de ajudas de custo, na sequência de consultas realizadas à margem do comité preparatório.

38. Quanto às actividades da informação, relativas à conferência e aos seus preparativos, o Director do Centro dos Direitos do Homem que assegura o Secretariado da Conferência Mundial, foi igualmente convidado a promover a cobertura de reuniões preparatórias regionais. Assim, a região africana realizará uma reunião em Tunísia, de 2 a 6 de Novembro de 1992 para realçar as suas preocupações prioritárias em matéria de Direitos do Homem.

39. O Comité preparatório que devia estabelecer a Agenda da Conferência Mundial não pôde chegar a acordo. Apesar das consultas intensas realizadas entre os diversos grupos regionais, não foi possível obter-se um consenso entre as delegações do Sul, incluindo a África que insistiu sobre o direito ao desenvolvimento, e o grupo Ocidental que insistiu sobre os mecanismos de controle.

40. A questão da data e local da conferência também não foi decidida visto que a Áustria propõe-se acolher a conferência em Viena em Junho de 1993, e a Itália sugere Veneza, para o mês de Maio de 1993.

41. O Comité preparatório realizará a sua terceira sessão em Genebra, de 14 a 18 de Setembro de 1992. O Grupo Africano em Genebra que criou um grupo de trabalho, propõe-se a cooperar com o Secretariado Geral da OUA na tomada em consideração das prioridades específicas da África em matéria dos Direitos do Homem.

II. ACTIVIDADES NO DOMÍNIO ECONÓMICO

INTRODUÇÃO

42. As actividades do Escritório de Genebra, durante o segundo semestre do ano em curso, foram caracterizadas fundamentalmente pela preparação da 8ª Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED VIII) cujas sessões se realizaram em Cartagena das Índias, na Colômbia de 8 a 25 de Fevereiro de 1992.

PROCESSO PREPARATÓRIO

43. Importa recordar que um processo intenso da preparação da conferência iniciou-se nos primeiros meses de 1991, com uma série de contactos informais. Estes encontros, aos quais foram associados organizações não-governamentais, visavam formular novas ideias e propostas destinadas a servir de base de reflexão aos Governos e ao Secretariado da CNUCED.

44. Ao nível Inter-Governamental, o Grupo dos 77 reuniu-se a nível Ministerial em Teerão, de 19 a 23 de Novembro de 1991, para elaborar uma posição comum. A reunião de Teerão foi precedida por reuniões Ministeriais a nível sub-regional. É assim que o Grupo dos Estados da América Latina e das Caraíbas reuniu-se em Caracas, Venezuela, de 28 de Agosto a 4 de Setembro; o Grupo dos Estados Africanos reuniu-se em Lusaka, de 3 a 20 de Setembro; e o Grupo dos Estados da Ásia reuniu-se em Pyongyang, de 10 a 12 de Setembro. Os países do " Grupo B" (o Grupo dos Países Industrializados de Economia de Mercado), harmonizaram por sua vez as suas posições, no quadro da organização de cooperação e desenvolvimento económico (OCDE). A China e os países da Europa Central e Oriental fizeram o mesmo nas suas respectivas capitais.

45. Na sequência das diferentes reuniões dos grupos regionais, o Conselho do Comércio realizou duas Sessões Extraordinárias, respectivamente em Dezembro e Janeiro.

46. A primeira Sessão Extraordinária foi consagrada à troca de impressões preliminares sobre as diferentes questões que figuram na Agenda da Conferência. A segunda Conferência Extraordinária incidiu sobre as negociações preliminares do projecto de documento elaborado durante a primeira sessão extraordinária.

47. Devido a falta de tempo disponível e a natureza política de algumas das questões, não foi possível chegar a um consenso sobre todos os pontos. Por conseguinte, para as negociações mais amplas, ficou decidida a submissão do texto a Conferência.

CNUCED VIII

QUESTÃO INSTITUCIONAL

48. A questão institucional constituiu o ponto de maior destaque nos trabalhos da conferência.

49. A necessidade da reestruturação da CNUCED, definida por todas as delegações, foi considerada como uma condição para:

- (i) assegurar tanto ao Secretariado como aos mecanismos inter-governamentais da CNUCED uma maior eficácia na sua acção;
- (ii) instaurar entre os diversos grupos regionais um verdadeiro diálogo e espírito de parcerismo;
- (iii) permitir a CNUCED, entanto que elemento central do Sistema das Nações Unidas que se pretende ao tratamento integrado das questões de desenvolvimento aproveitar as novas oportunidades

que se oferecem para relançar a cooperação internacional a favor do desenvolvimento e promover o concenso internacional sobre os princípios e estratégias de acção ao nível nacional e internacional com vista a melhorar as perspectivas de desenvolvimento.

50. O processo de revitalização da CNUCED que deve inscrever-se no quadro do processo geral da reestruturação no seio do Sistema da ONU deve igualmente tomar em consideração os desenvolvimentos relativos ao seguimento institucional dos resultados da Ronda do Uruguai e da iniciativa recentemente adoptada pela Assembleia Geral relativa ao reforço dos mecanismos institucionais no domínio do Comércio internacional.

MECANISMOS INTER-GOVERNAMENTAIS

51. Em relação aos mecanismos inter-governamentais a conferência decidiu suspender as comissões do conselho existentes e criar novas comissões permanentes nos seguintes domínios: produtos de base, atenuação da pobreza, cooperação entre os países em desenvolvimento e desenvolvimento dos sectores de serviços.

52. A Comissão Especial de Preferências e o Grupo Inter-Governamental de peritos sobre as práticas comerciais restritivas não sofreram mudanças.

53. O mandato da Comissão dos Transportes Marítimos e da Comissão dos Invisíveis e de Financiamento serão incluídos na Comissão Permanente de Desenvolvimento dos sectores de serviços: promoção de um sector de serviços nos países em desenvolvimento.

54. A conferência decidiu, por outro lado, criar grupos de trabalho especiais sobre as seguintes questões:

1. Investimentos e apoio financeiro
2. Eficácia no domínio comercial
3. Comparação de expriências no domínio da privatização
4. Expansão dos mercados nos países em desenvolvimento
5. Interacção entre investimentos e transferência de tecnologias.

MÉTODOS DE TRABALHO

55. Uma das características da nova CNUCED é a flexibilidade dos seus métodos: flexibilidade no que respeta ao escalonamento das reuniões e flexibilidade na realização de consultas e negociações.

56. Um outro aspecto importante consiste no recurso a utilização de mecanismos complementares e nomeadamente de grupos especiais responsáveis de questões particulares.

57. Em relação aos resultados das negociações em outros sectores específicos, convém sublinhar o seguinte:

RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO

58. No domínio dos recursos para o desenvolvimento, a 8ª CNUCED sublinhou particularmente a necessidade de mobilização de recursos a favor dos países em vias de desenvolvimento (PVD), nomeadamente através de poupanças internas, restabelecimento da viabilidade financeira externa dos países devedores e melhoramento na afectação de recursos.

59. Por outro lado, a conferência encorajou os países em vias de desenvolvimento a prosseguirem na via das reformas no quadro dos programas de ajustamento estrutural e convidou todos os países a examinarem a possibilidade de reduzirem as suas despesas militares e de afectarem os recursos daí decorrentes para fins de desenvolvimento.

60. Em relação a dívida, a conferência confirmou a estratégia actual sobre a dívida internacional e reconheceu a necessidade de recursos para protecção do meio ambiente, desenvolvimento duradouro e para a implementação do programa de acção das NU para os anos 90, e do programa das NU a favor dos PMAs.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

61. No domínio do comércio internacional as medidas acordadas referem-se:

- .- ao proteccionismo
- .- ao sistema generalizado de preferências
- .- a eficácia no domínio do comércio
- .- ao melhoramento do quadro do comércio internacional
- .- ao meio ambiente e comércio

REFORÇO TECNOLÓGICO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

62. As medidas preconizadas pela CNUCED VIII com vista a estimular as capacidades tecnológicas dos países em desenvolvimento a participarem no comércio dos produtos e de serviços, incidem nomeadamente na assistência técnica e cooperação, desenvolvimento de tecnológicas ecológicas e na protecção da propriedade intelectual.

63. No que respeita a lei da transferência de tecnologias, os trabalhos foram suspensos até que todas as partes interessadas cheguem plenamente a acordo em relação as questões letíginas no projecto de lei.

SERVIÇOS

64. No domínio dos serviços, a conferência reconheceu uma participação cada vez maior no comércio dos serviços que permitira aos países em vias de desenvolvimento tirar partido das suas vantagens comparativas em relação a uma série de sectores de serviços e contribuiria para o seu desenvolvimento e para uma maior eficácia da economia mundial.

65. No entanto, cabe ao Acordo Multilateral no domínio do comércio de serviços na sequência da Ronda do Uruguai, definir as condições de uma liberalização progressiva do comércio mundial de serviços que favoreça uma maior participação dos Países em vias de Desenvolvimento alargando o seu acesso aos mercados de serviços.

TRANSPORTES MARÍTIMOS

66. No domínio marítimo, a Conferência adoptou como medida a assistência técnica. Ela apenas tomou nota ao referir-se às negociações específicas com vista a criar as condições para uma maior participação dos Países em vias de Desenvolvimento nos transportes marítimos mundiais tais como o Código para a Conferência Marítima.

PRODUTOS DE BASE

67. O sector de produtos de base está entre os domínios para os quais a Conferência previu uma comissão permanente.

68. Relativamente aos acordos consumidores-produtores, é de se salientar que ao longo das negociações, os Países desenvolvidos tinham-se firmemente opostos à continuação da conclusão de novos acordos, uma vez que a experiência adquirida nesse domínio não é satisfatória. Por outro lado, enfatizou-se a busca de novas estratégias, leis de mercado, competitividade, diversificação e o financiamento apropriado.

69. A proposta de convocar uma conferência internacional sobre os produtos de base não é nova. Tanto em Lusaka, como em Teerão, esta questão foi evocada, mas o Grupo africano preferiu não incluir esta questão nas suas recomendações e deixá-la para o nível da nova conferência. De igual modo, a proposta feita pelo país anfitrião teve um eco favorável no seio do Grupo africano.

PARTICIPAÇÃO DO GRUPO AFRICANO

70. A participação do Grupo africano foi exemplar aquando da realização da Décima-Oitava CNUCED e ao longo dos trabalhos preparatórios. O Grupo africano foi activo, credível e coerente. O Grupo africano foi capaz de defender na medida do possível os interesses do Continente, graças à sua excelente organização, ao dinamismo do seu grupo de peritos e à dedicação e competência dos seus porta-vozes sobre as diferentes questões agendadas.

71. Na sequência do elenco formado em Cartagena, e tendo decidido marcar a sua presença nos trabalhos futuros da CNUCED, o Grupo africano de Genebra organizou várias reuniões na Delegacia Permanente da OUA para proceder à avaliação dos trabalhos da Décima-Oitava CNUCED e criar novas estruturas de concertação que requerem as mudanças registadas. À esse respeito, os porta-vozes foram designados com base nas questões novas, estando já a preparar-se sobre as diferentes questões concernentes.

CONTRIBUIÇÃO DO SECRETARIADO EXECUTIVO

72. O Secretariado Executivo participou activamente nos trabalhos da Décima-Oitava CNUCED bem como ao longo do processo preparatório. No decorrer desses trabalhos, assegurou o Secretariado do Grupo africano bem como o apoio logístico e técnico necessários.

73. Sob a sua impulsão, várias reuniões de consultas foram realizadas na Delegacia Permanente da OUA. Essas reuniões permitiram ao Grupo africano intervir com êxito ao longo das diferentes deliberações.

III. ACTIVIDADES NOS DOMÍNIOS DOS TRANSPORTES, DAS COMUNICAÇÕES, DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, DA METEOROLOGIA E DO TURISMO

INTRODUÇÃO

74. Durante o período em análise, as actividades do Secretariado Executivo nos domínios concernentes consistiram sobretudo na participação activa nas conferências e reuniões sobre os domínios atrás mencionados afim de defender, na medida do possível, os interesses da África. Esse período foi igualmente marcado pelos preparativos intensivos "da Cimeira Planetária" - CNUMA prevista para o Rio de Janeiro (Brasil) de 1 a 12 de Junho de 1992.

SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÉ DE COORDENAÇÃO DA OMPI - GENEBRA, 21 - 22 DE NOVEMBRO DE 1991

75. O Comité de Coordenação é o órgão administrativo e executivo responsável pela coordenação das actividades gerais da Organização, incluindo as questões que se prendam com o pessoal. É formado por 52 países de entre os quais os países africanos que se seguem: Argélia, Burkina Faso, Camarões, Côte d'Ivoire, Egipto, Gana, Quênia, Líbia, Namíbia e Senegal.

76. Os trabalhos da sétima sessão extraordinária do Comité de Coordenação foram consagrados à análise da nomeação do Director-Geral para preencher os postos dos três directores-gerais adjuntos cujo mandato chegava ao termo a 30 de Novembro de 1991. A decisão do Director-Geral de prolongar o mandato do senhor Alikhan (India), o titular do posto de Director-Geral Adjunto (para os países em vias de desenvolvimento) por um período de 2 anos (de 1 de Dezembro de 1991 a 30 de Novembro de 1993), foi objecto de um longo debate uma vez que o Grupo africano era da opinião de que este posto pertencia a um candidato africano quando o mandato inicial do Senhor Alikhan chegou ao seu termo a 30 de Novembro de 1991.

77. O Grupo africano baseou-se numa decisão tomada pelo Comité de coordenação no momento em que o senhor Alikhan foi eleito, a saber, que no termo do seu mandato, um candidato africano ocuparia o posto tendo em conta, claro, o princípio de rotatividade acordado entre os diferentes grupos africano, latino-americano e asiático. O posto foi criado em 1973 e desde essa data, os seguintes candidatos ocuparam-no: África (Côte d'Ivoire - 5 anos e 9 meses), América Latina (Chile - 6 anos e 7 meses) e actualmente, a Ásia (India - 3 anos e 7 meses).

78. O Grupo asiático indicou que o seu candidato devia beneficiar do mesmo tratamento dado aos candidatos africano e latino-americano permitindo-lhe servir por um período suplementar de 2 anos, prolongando deste modo a duração total do mandato para 5 anos e 7 meses.

79. O Grupo africano declarou sem reticências que tendo em conta a solidariedade do Grupo dos 77, aceitaria a proposta do Director-Geral, a saber, que o mandato do senhor Alikhan podia-se prolongar por mais de 2 anos até 30 de Novembro de 1993. Contudo, o Grupo africano exigiu as seguintes garantias da parte do Chefe executivo da OMPI e de outros grupos regionais:

- que o princípio de rotatividade seja sempre respeitado ;
- que quando o senhor Alihkan abandonar o posto em 30 de Novembro de 1993 um candidato africano lhe suceda por um período de 4 ou 6 anos;
- tendo em conta que o mandato do actual Director-Geral expira a 30 de Novembro de 1995, o novo Directo-Geral não interrompa o mandato de 4 anos do candidato africano que terá servido apenas dois anos.

80. O Director-Geral deu garantias ao Grupo africano, nomeadamente que quando o senhor Alikhan abandonar o posto em 1993, seleccionaria um candidato africano qualificado para um período de dois anos. No que diz respeito aos dois anos que restam (de 1 de Dezembro de 1995 a 30 de Novembro de 1997), quando o mandato do Director-Geral chegar ao termo e um novo Director-Geral fôr designado, a questão será reexaminada tendo em conta os interesses da Organização.

81. Por conseguinte, o Comité de coordenação aprovou unânimamente a extensão do mandato do senhor Alikhan por mais dois anos, ou por outras palavras, de 1 de Dezembro de 1991 a 30 de Novembro de 1993, na qualidade de Director-Geral Adjunto (para os países em vias de desenvolvimento).

COMITÉ INTER-GOVERNAMENTAL DE NEGOCIAÇÕES DE UMA CONVENÇÃO-QUADRO PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS - QUARTA SESSÃO - GENEBRA - 9 - 20 DE DEZEMBRO DE 1991

82. O Comité Inter-Governamental de Negociações de uma Convenção-Quadro sobre as Mudanças Climáticas realizou a sua Quarta Sessão de 9 a 20 de Dezembro de 1991, em Genebra, sob a presidência do senhor Jean Ripert (França). Evoca-se que a Assembleia Geral das Nações Unidas, pela sua Resolução 45/122 de 1990 criou um Comité Inter-Governamental de Negociações para preparar uma convenção-quadro efectiva sobre as mudanças climáticas. O Comité Intergovernamental realizou a sua primeira sessão em Washington D.C., de 4 a 14 de Fevereiro de 1991, a segunda sessão em Genebra de 19 a 28 de Junho de 1991 e a terceira em Nairobi de 9 a 20 de Setembro de 1991. O Comité Intergovernamental devia finalizar os seus trabalhos antes da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento de Junho de 1992, quando a convenção estaria aberta à assinatura.

83. 131 países, várias organizações não-governamentais e governamentais bem como os seguintes países africanos e a Organização da Unidade Africana (o Escritório de Genebra) participaram nos trabalhos desta sessão: Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, República Centro-Africana, Congo Côte d'Ivoire, Egipto, Guiné Equatorial, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sierra Leone, Sudão, Swazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda e Zimbabwe.

84. Relativamente aos interesses dos países africanos, os trabalhos da quarta sessão do comité intergovernamental foram, de uma maneira geral, decepcionantes. O Grupo dos 77 que abarca quarenta países africanos esteve completamente dividido, apesar dos esforços do seu Presidente, o Gana para unificar a sua posição; o Grupo não foi capaz de adoptar uma posição comum sobre as questões do engajamento e dos mecanismos.

85. Outrossim, o Grupo africano apresentou-se com uma posição de negociação muito fraca, uma vez que, durante a primeira semana da sessão, os membros do Grupo africano não insistiram sobre as questões de ordem regional. Com efeito os membros do Grupo africano deram ênfase às prioridades nacionais, tendo este aspecto dominado os debates. O Grupo não foi capaz de ter em conta as disposições pertinentes da posição comum africana sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, adoptada pelos Ministros Africanos responsáveis pelo meio ambiente e o desenvolvimento aquando da sua reunião de Abidjan, realizada de 11 a 14 de Novembro de 1991. O documento foi distribuído pelo Secretariado mas o grupo africano não o analisou.

86. O Grupo africano confrontou-se com um outro problema que se manifestou pela descontinuidade na representação, uma vez que os peritos que já tinham participado nas negociações anteriores não estavam presentes, e os que os substituíram não estavam suficientemente familiarizados com estas questões.

OMPI - COMITÉ DE PERITOS SOBRE UM EVENTUAL PROTOCOLO RELATIVO À CONVENÇÃO DE BERNA PARA A PROTECÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS, SEGUNDA SESSÃO - GENEVRA- 10-18 DE FEVEREIRO DE 1992

87. Em conformidade com a decisão tomada pelos órgãos directivos da OMPI e das Uniões administradas pela OMPI em Setembro de 1989, a segunda sessão do Comité de Peritos procurou saber se a preparação do protocolo sobre a Convenção de Berna para a protecção de obras literárias e artísticas devia começar e, caso afirmativo, qual seria o conteúdo.

88. Trinta e seis Estados membros da União de Berna (o Marrocos foi o único país africano que participou nesta reunião), sete observadores, incluindo a OUA (o Escritório de Genebra) e trinta e quatro Organizações Não-Governamentais participaram na sessão.

89. Os debates versaram sobre "a análise das questões relativas a um eventual protocolo sobre a Convenção de Berna" e entre as questões debatidas figuravam: - Direitos de rádiodifusão: rádiodifusão directa por satélite.

90. No que diz respeito aos direitos de rádiodifusão: rádiodifusão directa por satélite, o Presidente, ao resumir as discussões, disse que "de uma forma geral reconheceu-se a utilidade de precisar, num eventual protocolo, que a rádiodifusão por satélite, quando o programa é susceptível de ser recebido directamente, constitui um acto de rádiodifusão de acordo com a Convenção de Berna".

91. No termo da sessão, haviam várias questões controversas que deviam ser solucionadas; por conseguinte foi decidido que o Bureau Internacional devia, num futuro próximo, escrever às organizações e aos governos convidados solicitando-lhes, se assim o desejarem, no sentido de submeterem as suas propostas por escrito ao Bureau internacional sobre as cláusulas de um eventual protocolo, após o qual seguir-se-iam os preparativos com vista à convocação de uma outra sessão.

REUNIÃO SOBRE A ANÁLISE DAS OFERTAS PARA ALBERGAR A SEDE DO SISTEMA REGIONAL AFRICANO DE COMUNICAÇÕES POR SATELITE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA (RASCUM) - GENEVRA, 24 DE FEVEREIRO DE 1992

92. O Secretariado Executivo participou na qualidade de observador na reunião de 24 de Fevereiro de 1992 que se realizou na Sede da UIT, em Genebra, sobre a questão da sede da RASCUM (Gâmbia, Camarões, Nigéria, Libéria, Côte d'Ivoire e o Senegal). As ofertas dos Camarões, da Côte d'Ivoire, da Gâmbia, da Libéria e da Nigéria foram recebidas antes da data limite de 21 de Fevereiro de 1992 e, por conseguinte, foram aceites para análise. Por outro lado, a oferta do Senegal chegou muito tarde não tendo sido tomada em consideração, embora a decisão final relativa à aceitação ou recusa da oferta do Senegal, é da competência das prerogativas do Comité de Peritos das quinze nações (CCE), que se reuniu em Dakar de 9 a 16 de Março de 1992.

93. Para autenticar as cinco ofertas que foram abertas, foi decidido que o Presidente da reunião, nomeadamente o senhor Keskiivali da Finlândia, o Director do Bureau provisório da RASCUM e o observador da OUA deviam rubricar cada página dos documentos da oferta.

94. Os representantes dos seguintes países que submeteram as ofertas para albergar a sede tomaram parte na reunião de um dia: Côte d'Ivoire, Gâmbia e Libéria.

95. Na altura da elaboração do presente relatório a sede da UIT foi informada que na reunião realizada em Dakar de 9 a 15 de Março de 1992, o Comité de Peritos dos países CCE decidiu, entre outros, que a data limite da recepeção das ofertas seria prolongada, afim de atrair o número máximo de candidatos. Por conseguinte, na sequência desta decisão a oferta do Senegal devia ser tomada em conta.

96. Foi igualmente decidido que uma reunião seria realizada a 1 de Maio de 1992 para se proceder à abertura de todas as ofertas antes de Comité submeter o seu relatório aos Ministros Africanos responsáveis pelas Telecomunicações, que designarão finalmente o país que deve albergar a sede da RASCOM.

CNUCED - GRUPO DE PERITOS DOS TRANAPORTES MULTIMODAIS - GENEBRA, 9-18 DE MARÇO DE 1992

97. A Comissão dos Transportes Marítimos da CNUCED pediu ao Secretário Geral da CNUCED para, em conformidade com a Resolução 67 (XXV), adoptada a 29 de Junho de 1990, convocar "uma reunião de peritos com a duração de uma semana, que seria encarregue de fazer o balanço dos principais problemas com os quais se confrontam os utentes e os fornecedores de serviços de transporte multimodal e/ou utilização de contentores sortidos de um percurso marítimo; deste modo os peritos deviam devidamente ter em conta os problemas que, segundo a CNUCED, tornam difícil a adopção, nos países em vias de desenvolvimento de técnicas modernas de transportes".

98. Os peritos designados pelos seguintes países tomaram parte nos trabalhos: Argentina, Austrália, Bélgica, Bulgária, China, Cuba, Dinamarca, Egípto, Alemanha, Gana, Índia, Libano, México, Nigéria, Noruega, Filipinas, Polónia, a Federação da Rússia e os Estados Unidos da América. Vinte e três Estados membros da CNUCED, incluindo os seguintes Estados africanos tomaram parte na sessão na qualidade de observadores: Argélia, Gana, Quênia, Madagáscar, Marrocos, Nigéria e Tunísia.

99. Várias organizações internacionais, incluindo a Comissão Económica para África, a Conferência Ministerial dos Estados da África Ocidental e Central sobre os Transportes Marítimos e a Organização da Unidade Africana (Escritório de Genebra) tomaram, igualmente, na reunião cuja duração foi de cinco dias.

100. Os peritos analisaram as seguintes questões contidas na agenda de trabalhos composta de sete pontos:

- Evolução do transporte multimodal e da utilização de contentores e do progresso tecnológico;
- Principais problemas com os quais se confrontam os utentes e os fornecedores dos transportes multimodais e/ou por contentores;
- Projecto do futuro programa de trabalho nos domínios do transporte multimodal, da utilização de contentores e do progresso tecnológico.

101. Ao concluir os trabalhos sobre os principais problemas com os quais se confrontam os utentes e os fornecedores de serviços de transportes multimodais e/ou por contentores, o Grupo de peritos decidiu incluir no novo programa de trabalhos relativo ao transporte multimodal e à utilização de contentores, os seguintes elementos, que correspondem a três domínios fundamentais nos quais os países poderiam ter necessidade de uma assistência:

- Sensibilização das partes comerciais e os governos sobre os diferentes aspectos do transporte multimodal;
- Fornecimento, aos responsáveis, de informações concretas e actualizadas sobre as medidas a adoptar para incentivar as trocas através de um maior recurso ao transporte multimodal;
- Realização de estudos sobre as tendências actuais do transporte multimodal e os progressos técnicos que possam interessar a interacção dos transportes, do aumento das trocas, do desenvolvimento duradouro bem como sobre as suas consequências.

102. O Grupo sublinhou, por outro lado, que uma cooperação estreita entre o sector público e o sector privado seria indispensável para a promoção das trocas. Nessa ordem de ideias, o Grupo solicitou ao Secretariado da CNUCED no sentido de organizar "oficinas" sobre o transporte multimodal para ajudar os países a adoptarem rapidamente a noção do transporte multimodal.

103. Antes do encerramento dos trabalhos o Grupo acordou sobre o texto da mensagem a ser enviada ao Secretário Geral da CNUCED relativa ao futuro mecanismo do trabalho do Grupo. Nessa mensagem, os peritos rogam ao Secretário Geral no sentido de transmitir o relatório da reunião a todos os Estados membros da CNUCED e de o submeter à 38ª Sessão (Segunda Parte) do Conselho do comércio e do desenvolvimento, a fim de permitir ao Conselho tomar uma decisão sobre o futuro programa de trabalhos no domínio do transporte multimodal, da utilização de contentores e do progresso tecnológico.

IV. ASSUNTOS SOCIAIS E TRABALHO

INTRODUÇÃO

104. Ao longo do período em análise, a Divisão dos Assuntos Sociais e do Trabalho, tendo em conta os interesses da África participou e assistiu o Grupo africano em algumas reuniões internacionais. Assim, representou em Genebra, o Secretariado Geral na 252ª Sessão do Conselho de Administração do BIT que se realizou em Fevereiro e Março de 1992. A Divisão fez, igualmente parte da delegação da OUA que participou na Quarta Conferência preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em Nova Iorque de 5 de Março a 3 de Abril de 1992.

252ª SESSÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BIT

105. O Secretariado Executivo participou na reunião supracitada, realizada de 20 de Fevereiro a 6 de Março de 1992, em Genebra. Para além dos representantes dos trabalhadores e das entidades patronais, o Grupo africano foi representado por 12 representantes governamentais (6 titulares e 6 suplentes).

106. Ao analisar o programa e o projecto de orçamento do BIT para o exercício 94/95, o Conselho de Administração aprovou os seguintes pontos, sublinhados pelo Director-Geral nos programas futuros do BIT:

- o apoio à promoção da democracia;
- a luta contra a pobreza;
- a protecção dos trabalhadores por intermédio do melhoramento das suas condições de trabalho e de vida.

107. O Conselho de Administração sublinhou, por outro lado, que se registaram mudanças de estruturas políticas e económicas em vários países, mudanças essas que impõem uma revisão da legislação de trabalho para que esteja em conformidade com os princípios e as normas de base do BIT, nomeadamente as que dizem respeito aos direitos do homem.

108. No seu programa futuro de trabalho, a OIT pretende dar ênfase ao emprego e à formação no quadro do processo do ajustamento estrutural sobre o desenvolvimento das empresas e à promoção do sistema de segurança social fiável.

109. O Conselho de Administração teve um longo debate sobre a relação entre a cooperação técnica e as normas internacionais de trabalho. Foi sublinhado que a violação dos direitos do homem poderia conduzir à diminuição, senão à cessação dos projectos no quadro da cooperação técnica.

110. O Conselho de Administração decidiu realizar uma sessão especial aquando da 79ª Sessão (1992) da Conferência Internacional de Trabalho, para analisar o relatório do Director-Geral sobre a situação dos trabalhadores nos territórios ocupados.

QUARTO COMITÉ PREPARATÓRIO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO (CNUMA)

111. Tendo em conta que o Secretário Executivo da OUA em Genebra dá seguimento às questões que se prendem com o meio ambiente, o mesmo participou conjuntamente com o Secretário Geral na conferência acima mencionada que se realizou de 2 de Março a 3 de Abril de 1992 em Nova Iorque.

112. O Secretariado Conjunto composto de representantes das seguintes organizações: OUA, CEA, CNUMA, UNSO, PNUD e BAD, organizou e coordenou as reuniões das delegações africanas. Estas procederam à uma troca de pontos de vista sobre os pontos que figuravam na agenda de trabalhos, e chegaram a um acordo sobre a maneira mais apropriada de forma a melhor poder defender os interesses dos países africanos. Para o efeito, o Grupo africano designou um coordenador para cada ponto da agenda de trabalho. O referido coordenador foi assistido por alguns outros membros das delegações e o membro do Secretariado Conjunto na preparação de um

texto pertinente que reflecta a posição africana e tenha em conta os interesses dos países africanos. Com efeito, o Grupo africano inspirou-se na posição africana adoptada no ano passado em Abidjan e nas resoluções e declarações pertinentes adoptadas pelos Chefes de Estado e de Governo da OUA. Por outro lado o Grupo designou os coordenadores para os seguintes pontos: mudanças climáticas, agricultura, seca e desertificação, florestas, transferências de tecnologias, pobreza e necessidades essenciais, recursos financeiros, energia, etc...

113. Esta foi a última reunião do 4º Comité preparatório antes da Conferência da CNUMA "Cimeira Planetária" prevista para Junho de 1992 no Rio de Janeiro.

114. As delegações africanas tiveram duas reuniões nos dias 29 e 30 de Março de 1992, com as delegações dos países industrializados (países do norte), a fim de discutir a cooperação Norte-Sul em matéria das questões e programas ecológicos importantes, sua gestão e financiamento, etc....

**CM/1706 (LVI)
PARTE III**

**CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992**

CAPÍTULO VII

DAJAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
SECRETARIADO EXECUTIVO DO
COMITÉ DE COORDENAÇÃO DA OUA
PARA A LIBERTAÇÃO DA ÁFRICA
DAR-ES-SALAAM, TANZÂNIA,
DE JANEIRO A ABRIL DE 1992**

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
SECRETARIADO EXECUTIVO DO COMITÉ
DE COORDENAÇÃO DA OUA PARA A
LIBERTAÇÃO DA ÁFRICA, DAR-ES-SALAAM, TANZÂNIA
DE JANEIRO A ABRIL DE 1992**

INTRODUÇÃO

1. Este relatório cobre o período de Janeiro a Abril de 1992 e aborda questões de ordem Política, Administrativa e Financeira do Secretariado Executivo durante este período.

2. Desde o último relatório, registaram-se acontecimentos de vulto com consequências dramáticas na África do Sul. Estes acontecimentos, nomeadamente o início das negociações no quadro da CODESA (Convenção para uma África do Sul Democrática) abrem perspectivas para uma eminente instauração da democracia no país. Com este acontecimento singular ocorrido na África do Sul, pode-se afirmar que o processo político se encontra numa fase importante e delicada que culminará com a transferência do poder da minoria privilegiada branca para a maioria desapossada e oprimida do povo da África do Sul.

**Reestruturação do Comité
de Libertação**

3. Na sua 58ª Sessão Ordinária, o Comité de Libertação decidiu reactivar o seu Comité Ad-Hoc sobre a Reestruturação para rever o funcionamento e as estruturas, assim como definir novas prioridades com vista a assegurar que a assistência aos Movimentos de Libertação se adapte as novas realidades na África do Sul. Á luz desta decisão, aprovada pela 55ª Sessão do Conselho de Ministros, o Comité Ad-Hoc reuniu-se a 12 de Março de 1992, 14, 15 e 16 de Abril de 1992.

4. O Comité Ad-Hoc examinou exaustivamente o passado, presente e o futuro do Comité de Libertação, tendo reconhecido as mudanças positivas que têm-se registado na África do Sul nos últimos dois anos. Nestes encontros defendeu-se enérgicamente que o Comité de Libertação ainda tinha um papel a desempenhar, visto que a experiência do passado no processo de descolonização provara que o progresso realizado na luta do povo sul africano poderia ser facilmente subvertido por forças reaccionárias situadas ao longo do espectro político.

5. Na definição do papel que o Comité de Libertação deveria desempenhar, reconheceu-se também o importante facto de que o ritmo da mudança que se regista na África do Sul poderia determinar que o futuro do Comité seja curto, caso em que se colocaria a necessidade de uma reflexão ulterior e mais exaustiva da aplicabilidade do seu presente mandato.

Gabinete do Secretário-Executivo

6. A 57ª Sessão Ordinária do Comité de Libertação foi convocada para Arusha, tanzânia, de 14 a 20 de Fevereiro de 1992. Durante esta Sessão, o Secretário Executivo dirigiu o trabalho do Secretariado que foi coroado de êxito.

7. De Arusha ele deslocou-se a Adis Abeba para participar na 53ª Sessão do Conselho de Ministros da OUA realizada de 24 a 28 de Fevereiro de 1992.

8. As rápidas mudanças ocorridas na África do Sul determinaram a realização de consultas regulares entre o Secretário Executivo e os Estados membros por um lado, e, por outro, entre o Secretário Executivo e os Representantes dos Movimentos de Libertação.

9. Além do cumprimento das responsabilidades oficiais acima referidas, o Secretário Executivo realizou algumas missões, no quadro do mandato do Comité de Libertação. A 4 de Março de 1992, ele participou numa cerimónia de graduação de quadros do ANC que foram submetidos a um curso de formação que possibilitou a sua conversão em Soldados regulares/convencionais. Na mesma altura, ele visitou as instalações do ANC em Mazimbu, Morogoro que estão em processo de ser encerradas.

10. Durante o período em análise, o Secretário Executivo realizou outras missões, incluindo a participação em duas Cimeiras dos Estados da Linha da Frente da África Austral, realizadas em Lusaka e Harare, a 12 e 28 de Março de 1992, respectivamente, assim como na 8ª Sessão do Comité Ad-Hoc dos Chefes de Estado sobre a África Austral.

**Actividades da Divisão dos Assuntos
políticos e de Informação
e Defesa**

11. Em cumprimento das suas atribuições estatutárias, o Secretário Executivo Assistente responsável pela Política Geral, Informação e Defesa trabalhou em estreita colaboração com os Movimentos de Libertação e manteve consultas regulares com os Estados Membros e outros que procurou esclarecimentos sobre as posições da OUA em relação à algumas mudanças e acontecimentos na África do Sul.

12. Além de participar na 57ª Sessão Ordinária do Comité de Libertação realizada em Arusha, Tanzânia, ele participou igualmente na Vigésima Segunda Reunião do Comité de Coordenação da OUA sobre Assistência aos Refugiados Africanos realizada em Windhoek, Namíbia, de 12 a 21 de Abril de 1992.

13. O Perito Militar manteve contactos regulares com os Movimentos de Libertação e supervisionou a entrega de assistência material, em conformidade com as recomendações do Comité Ad-Hoc dos Peritos Militares.

14. Ele realizou visitas regulares aos Campos de Treino para assegurar que as suas condições se conformam com os padrões requeridos e assegurar ainda que a qualidade da formação ministrada nesses campos seja eficaz.

Informação e Publicidade

15. Durante o período em análise, a secção continuou a funcionar, não obstante o facto de o Funcionário da Informação ter sido afectado num outro Escritório Regional. Foram emitidos comunicados de imprensa para sensibilizar a opinião pública ou dar maior ênfase em relação à algumas questões ou ainda a dar o contributo da OUA em relação à uma determinada questão ou evento em discussão pública.

16. A Unidade de Imprensa imprimiu ainda a edição de 1992 do Calendário de Libertação e dos Calendários dos Movimentos de Libertação - ANC e PAC, além de ter impresso uma grande quantidade de material de propaganda - cartazes, panfletos e papel timbrado para os Movimentos de Libertação.

Administração e Finanças

17. O Secretário Executivo Assistente (para Administração e Finanças) coordenou, para além das suas actividades regulares ligadas ao sector, o pessoal técnico que trabalhou para a 57ª Sessão Ordinária do Comité de Libertação realizada em Arusha, Tanzânia, em Fevereiro de 1992. Depois dessa reunião, ele viajou a Adis Abeba onde trabalhou para a 55ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da OUA, de 26 a 28 de Fevereiro de 1992.

18. Entre 20 a 25 de Março de 1992 e integrado na delegação do Secretário-Geral, ele participou nas reuniões do Fórum da Liderança Africana, realizados em Arusha, assim como nas consultas realizadas pela Academia Internacional para a Paz sobre "Conflitos Internos em África: A busca de uma solução".

19. De 2 à 8 de Abril de 1992, o Secretário Executivo Assistente (Administração e Finanças) e o Senhor M. KANE, Chefe da Divisão de Cooperação Interafricana e Harmonização Política da Sede, representaram a OUA no Terceiro Congresso Nacional do Congresso Pan-Africanista da Azânia em Umtata (Transkei), África do Sul.

Questões Administrativas Pessoal

20. Na sequência da decisão do Comité de Libertação de fundir os gabinetes dos Secretários Executivos Assistentes e da eleição de um Secretário Executivo Assistente durante a 55ª Sessão Ordinária do Comité em Fevereiro de 1992, o Senhor S.K. Sibajene vai desvincular-se da Organização no fim de Maio de 1992.

21. Respondendo ao apelo humanitário da Secretária de Francês, a Senhora A.D. Munanka (transferida para a Sede), o Secretário-Geral tinha aprovado uma mudança administrativa que resultou na troca e subsequente transferência a seu próprio pedido, da Senhora T. Missanga, Secretária de Inglês para Adis Abeba e a retenção da Secretária de Francês em Dar-es-Salaam após sua conversão em Secretária de Inglês. A Senhora Missanga deixou Dar-es-Salaam para Adis Abeba em 5 de Fevereiro de 1992.

22. Na sequência do lamentável falecimento do Dactilógrafo/Amanuense ocorrida no Secretariado Executivo, o posto por este ocupado ficou vago. Obteve-se aprovação da Sede, tendo-se efectuado uma transferência interina do Senhor C.Y.Luvanga para preencher o posto vago, com efeitos a partir de 7 de Abril de 1992.

Actividades Ligadas à Conferências

23. O Secretariado Executivo organizou a 57ª Sessão Ordinária do Comité de Libertação em Arusha, República Unida da Tanzânia, de 14 a 20 de Fevereiro de 1992. Durante toda esta Sessão, o Supervisor de Correspondência desempenhou as funções de oficial de Conferências.

Secção de Finanças

24. Durante o período em análise, o Chefe da Divisão de Controlo Orçamental realizou uma auditoria às contas do Secretariado Executivo de 1 a 11 de Abril de 1992. Ele examinou o relatório do ano financeiro 1990/91 e os Livros Contabilísticos correspondentes a primeira metade do ano financeiro 1991/92. Todas as observações e recomendações feitas verbalmente pelo Auditor foram implementadas pelo Secretariado Executivo.

**CM/1706 (LVI)
PARTE III**

**CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA - SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1991**

CAPÍTULO VIII

DAKAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
DA MISSÃO PERMANENTE DA OUA JUNTO
DA LIGA DOS ESTADOS ÁRABES**

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA MISSÃO PERMANENTE
DA OUA JUNTO DA LIGA DOS ESTADOS ÁRABES**

Este relatório de actividades da Missão Permanente da OUA Junto da Liga dos Estados Árabes, no Cairo, é o ponto de situação dos últimos seis meses, de Outubro de 1991 até Março de 1992.

Tal como já sublinhamos no nosso anterior Relatório de Actividades referente aos primeiros seis meses, a transferência da Liga dos Estados Árabes para Cairo, em Dezembro de 1990/Janeiro de 1991, resultou no afrouxamento das actividades dos Escritórios da OUA que, por razões administrativas, tinha permanecido em Tunes e não poderia realizar a sua transferência para Cairo antes de Fevereiro de 1992, isto é, mais de um ano depois da transferência final do Secretariado da Liga dos Estados Árabes.

Acima de tudo, nós devemos acrescentar que a crise da Guerra do Golfo, em Agosto de 1991, contribuiu em grande medida para o congelamento de uma grande parte das actividades programadas de cooperação Afro-Árabe.

A Comissão Permanente da Cooperação Afro-Árabe tinha, durante a sua sessão de Koweit, instituído um Comité de Peritos para a redacção final do regulamento interno da Sociedade Afro-Árabe para Financiamento de Investimentos (SAAFI), bem como um Comité encarregue de considerar o Projecto de Regulamento Interno para a Zona de Comércio Preferencial Afro-Árabe.

Por outro lado, estes dois Comité de Peritos não puderam realizar as suas reuniões segundo o calendário programado.

De igual modo, o comité Afro-Árabe encarregue de estudar as vias e os meios para a organização da Primeira Feira Comercial Afro-Árabe, prevista para Outubro de 1991, em Tunes, não se reuniu.

Consequentemente, durante o período em análise, nenhum dos Órgãos Executivos da Cooperação Afro-Árabe conseguiu realizar quaisquer encontros.

Apesar deste clima desfavorável devido à situação política prevalecente, o nosso Escritório deu prosseguimento às suas várias actividades, na sua missão.

Com efeito, o Escritório da OUA esteve presente nos seguintes encontros que tiveram lugar em Tunes:

A) Décima-Quarta Sessão da Assembleia Geral do Conselho Superior dos Desportos em África (CSDA - SCSA)

O Escritório da OUA junto da Liga dos Estados Árabes esteve presente na Décima-Quarta Sessão do CSDA - SCSA, realizada em Hammamet (Tunísia).

Esta reunião coincidiu com o 25º Aniversário do CSDA.

A Sessão de abertura, presidida pelo Primeiro Ministro da Tunísia, Sr. Hamed Karoui, contou com a participação de várias personalidades do Governo Tunisino e do corpo diplomático, Ministros Africanos e Árabes, Responsáveis pela Juventude e pelos Desportos, Presidentes das Confederações Africanas dos Desportos, Personalidades eminentes dos Desportos Africanos e Árabes, bem como os Srs. Michel Glover e Lamine Ba, Presidente e Secretário-Geral do CSDA, respectivamente.

A delegação da OUA foi chefiada por S. Ex^a o Embaixador Pascal GAYAMA, Secretário-Geral Assistente Responsável pelo Departamento ESCAS e Representante do Secretário-Geral da OUA.

Na sua alocução de abertura, o Primeiro Ministro Tunisino apelou para o estabelecimento de uma Nova Ordem Desportiva Mundial. Ele convidou os participantes a formularem uma política relevante que permita o Desporto Africano a realizar as suas nobres aspirações.

Na sua alocução durante a cerimónia de abertura, o Sr. Pascal GAYAMA exprimiu a sua gratidão ao Governo e às Autoridades tunisinos pelos seus importantes esforços na organização desta sessão do Conselho e evocou os passos sucessivos para o desenvolvimento do CSDA desde a sua criação em 1966, em Bamako. Ele sublinhou o progresso e o desenvolvimento substanciais que a África tem experimentado ao longo das últimas duas décadas, que são fruto dos esforços do CSDA, tal como testemunhado pelos êxitos cada vez maiores das grandes exibições desportivas africanas, tais como os jogos africanos e a Taça Africana das Nações em Festival.

Evocando a parte importante desempenhada pelo CSDA na luta contra o Apartheid e a discriminação social, o Sr. Pascal GAYAMA afirmou que o CSDA tinha lutado com êxito no seio dos órgãos desportivos e outras Organizações Olímpicas mundiais.

Ele também lançou um apelo aos Estados Membros no sentido de apoiarem o CSDA a implementar a democracia em relação às actividades desportivas que podem ser integradas nos planos gerais de desenvolvimento.

A Assembleia Geral do CSDA produziu importantes resoluções sobre os principais tópicos, nomeadamente:

1. **Crise Financeira do CSDA:**

O Presidente e o Secretário-Geral do CSDA sublinharam, nos seus relatórios submetidos à Assembleia Geral, principalmente a grave situação financeira desta Organização Desportiva devida ao facto de os Estados Membros não pagarem as suas contribuições.

Esta grave crise financeira deve ser plenamente reconhecida, porque de contrário vai, muito brevemente, paralisar os órgãos do CSDA.

O Sr. Michel Glover informou à Assembleia Geral sobre as rigorosas medidas financeiras que ele tinha que seguir para a gestão de alguns casos difíceis que o Secretariado Geral do CSDA teve que enfrentar e continua a enfrentar, mas que, isto não obstante, a situação permanecia a mesma.

Depois de prolongados debates que não resultaram em nenhuma solução relevantes, foi criado um Comité encarregue de reflectir e seguir a questão e estudar as vias e os meios que permitirão o CSDA submeter sugestões para a consideração e aprovação do Comité Executivo.

2) **Ponto sobre a Adesão das Associações Desportivas sul-Africanas nas Competições Africanas:**

A Assembleia Geral do CSDA, após ter analisado o desenrolar da situação política na África do sul e tendo presente a Resolução da Organização das Nações Unidas, de 13 de Dezembro de 1991, apelando para a promoção de intercâmbio desportivo e cultural entre os povos através de exibições desportivas que facilitarão a integração social, decidiu o seguinte:

- i) Autorizar a Confederação Africana dos Desportos a conceder às Federações sul-africanas o direito de adesão e Patrocínio das Federações desportivas Internacionais, desde que estas Federações Sul-africanas observem a unificação e a integração racial;
- ii) Favorecer, doravante, todo o tipo de relações desportivas entre a Federação Desportiva Sul-africana e outras Federações Desportivas Africanas, na esteira dos novos acontecimentos.

3) **Eleição do Novo Secretário-Geral do CSDA:**

Dos dois candidatos, nomeadamente o Sr. Houssine Moussedik da Argélia e Dr. Awature Eleyae da Nigéria, este último foi eleito com uma maioria absoluta, como Secretário-Geral, em substituição do cessante, Sr. Lamine Ba.

A Assembleia Geral, entre outras coisas, adoptou uma importante Resolução em apoio da candidatura de Marrocos para a organização da Taça Mundial de Futebol em 1998, bem como uma Resolução em apoio da Declaração de Tunes sobre a Cooperação Afro-Árabe, adoptada pelos Ministros Africanos e Árabes que se reuniram à margem da Assembleia Geral do CSDA.

B) **CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE AS ACTIVIDADES FÍSICAS, DESPORTOS E DESENVOLVIMENTO:**

Nós participamos no Congresso Internacional sobre as Actividades Físicas, Desportos e Desenvolvimento, organizado pela UNESCO em cooperação com o governo tunisino em Nabeul, de 24 a 27 de Fevereiro de 1992. Na realidade, este foi o primeiro encontro do género a ser realizado num país em vias de desenvolvimento.

Os Delegados que vieram de todas as partes do mundo, deviam debater as contribuições positivas que a actividade física e o desporto trazem sobre o desenvolvimento social, económico e cultural de um país e, durante quatro dias, tiveram a oportunidade de trocar impressões sobre a Identidade Desportiva e Cultural; Desporto e Desenvolvimento; e Desporto e Saúde.

Este encontro da UNESCO, constituiu uma oportunidade para os participantes serem informados sobre as experiências de alguns países neste domínio, principalmente sobre a parte que cabe às actividades físicas e desportivas na educação da juventude.

Foi acordado, por unanimidade, que a prática do desporto em geral por parte dos jovens poderá contribuir para o seu desenvolvimento pleno, melhor integração social, e permitir-lhes-ia desempenhar um papel maior no processo de desenvolvimento. Com efeito, com a prática das actividades desportivas, os jovens estariam afastados das actividades nocivas em termos de saúde.

Muito embora não tenha sido adoptada uma resolução específica, esta Conferência ganhou consciência em relação à parte importante das actividades no contexto do processo de desenvolvimento em geral.

CONCLUSÃO:

O reforço das relações entre as comunidades árabe e africana não poderia ser plenamente realizado na ausência de conhecimento recíproco por ambas as partes.

Quanto melhor os povos africano e árabe se conhecerem, melhores serão os laços entre eles e mais frutíferos serão os intercâmbios nos vários domínios de cooperação e promoção de uma solidariedade genuína entre elas. Consequentemente, à luz desses princípios fundamentais, a principal preocupação do nosso Escritório junto da Liga dos Estados Árabes, tem sido o estabelecimento e o estímulo de um clima de entendimento mútuo com vista a um diálogo frutífero a todos os níveis, bem como uma aproximação consistente entre os Estados Membros da OUA e os Estados Membros da Liga Árabe, em conformidade com a missão que lhe foi confiada.

Contudo, devemos admitir que entre os vários obstáculos ao desenvolvimento de uma harmoniosa cooperação afro-árabe, constata-se uma "falta de comunicação e informação" entre as próprias estruturas desta cooperação.

Nós, com efeito e devido aos elementos atrás mencionados, concedemos um lugar privilegiado à informação e consultas. Isto vai ser activamente seguido no Cairo.

Desde a instalação do nosso Escritório, nós já entabulamos contactos a todos os níveis:

Em primeiro lugar, nós relançamos o nosso trabalho junto do Secretariado da Liga dos Estados Árabes, com vista à reactivação dos programas que outrora eram negligenciados devido aos graves acontecimentos prevalecentes.

Nós reunimo-nos, e ainda estamos em processo de organizar encontros com todos os Chefes da Missão Diplomática Árabe, para um intercâmbio de pontos de vista sobre a Cooperação Afro-Árabe.

Nós estamos a trabalhar em plena cooperação com as Missões Diplomáticas Africanas, cujo importante Grupo já havia criado um Grupo de Trabalho para a Cooperação Afro-Árabe. Encontram-se no processo de estruturação deste Grupo de Trabalho, cuja tarefa será principalmente a de debater questões afro-árabes, que, aliás, é o domínio de competência da Missão Permanente da OUA no Cairo.

Nós também pensamos que é chegado o momento de relançar o Instituto Cultural Afro-Árabe, e fornecer-lhe a oportunidade de desempenhar a parte que lhe cabe.

Na verdade, estamos convencidos que o fim de tensões recentemente testemunhado pelo mundo, e principalmente a maior determinação de todos para um trabalho eficiente no sentido de estabelecimento dum intercâmbio Sul-Sul, irá permitir-nos contemplar, com optimismo, o desenvolvimento da Cooperação Afro-Árabe aos curto, médio e longo prazos.

**CM/1706 (LVI)
PARTE III**

**CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992**

CAPÍTULO IX

DAKAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
DO SECRETARIADO DA COMISSÃO
AFRICANA DO DIREITOS DO HOMEM E
DOS POVOS (BANJUL)**

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO SECRETARIADO
DA COMISSÃO AFRICANA DOS
DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS
(BANJUL)

1. Nos termos do artigo 54 da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, a Comissão submete à cada uma das Sessões Ordinárias da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo um relatório das suas actividades. Este relatório é, portanto, submetido directamente pela Comissão à Conferência.

2. Por outro lado, aquando da sua 55ª Sessão realizada em Adis Abeba, de 24 a 28 de Fevereiro de 1992, o Conselho de Ministros solicitou ao Secretário-geral que informasse a cada uma das suas Sessões as actividades realizadas pela Comissão. O presente relatório inscreve-se, por conseguinte, neste quadro e apresenta uma exposição sumária das actividades da Comissão à intenção do Conselho de Ministros.

3. Em conformidade com o artigo 45 da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, as atribuições da Comissão consistem essencialmente na:

1. Promoção dos Direitos do Homem e dos Povos e nomeadamente:

(a) Compilar documentação; efectuar estudos e pesquisas sobre os problemas africanos no domínio dos Direitos do Homem e dos Povos; organizar seminários, colóquios e conferências; difundir informação, encorajar os organismos nacionais e locais que se ocupam dos direitos do Homem e dos Povos; e, dado o caso, emitir opiniões ou formular recomendações aos governos;

(b) Formular e elaborar com vista a servir de base de adopção de textos legislativos pelos governos africanos, os princípios e regras que permitam resolver problemas jurídicos relativos ao exercício dos direitos do homem e dos povos e ao gozo das liberdades fundamentais;

(c) Cooperar com outras instituições africanas ou internacionais que se interessam na promoção e protecção dos direitos do homem e dos povos;

2. Assegurar a protecção dos direitos do homem e dos povos nas condições fixadas pela presente Carta;
3. Interpretar toda a disposição da presente Carta, a pedido de um Estado-parte, instituição da OUA ou de uma Organização Africana reconhecida pela OUA.
4. Executar todas as outras tarefas que lhe serão eventualmente confiadas pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

4. mais concretamente durante o exercício findo, a Comissão realizou, entre outras, as seguintes actividades:

I. No quadro da promoção dos Direitos do Homem e dos Povos

1) Centro de Documentação e de Informação

A Comissão continuou a preocupar-se com a criação do seu Centro de Documentação e de Informação, com a assistência de Organizações Inter-Governamentais e Não-Governamentais. Trata-se de adquirir equipamento para a biblioteca, livros, revistas, publicações e jornais sobre os Direitos do Homem e dos Povos, graças à generosidade de alguns organismos doadores, já foi instalado equipamento de informática no Secretariado da Comissão e já foram recebidos alguns livros e publicações. A criação deste Centro é um empreendimento que se realizara a longo prazo e requer esforços contínuos. O Centro destina-se a fornecer serviços de documentação aos investigadores africanos em matéria de Direitos do Homem e dos Povos, assim como prestar informação regular sobre os Direitos do Homem a Governos, Instituições e pessoas interessadas nos Direitos do Homem em África.

2) Revista da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos

A Comissão já fez aparecer no mês de Outubro de 1991, o primeiro número da sua revista que será publicado duas vezes por ano, em inglês e francês. O segundo número deverá ser publicado em breve. Os pedidos de assinatura podem ser feitos, enviando uma Carta ao Secretariado da Comissão em Banjul.

3) Seminários, Colóquios e Conferências

(a) Durante o exercício 1991-1992, o Secretariado da Comissão organizou os seguintes Seminários:

1) Seminário sobre os Direitos do Homem na África pós-apartheid, Banjul, de 18 a 21 de Junho de 1991 - organizado em Cooperação com a UNESCO. Participaram neste seminário vários peritos sul-africanos e os representantes do ANC e do PAC.

2) Seminário sobre as Normas Internacionais dos Direitos do Homem e da Administração da Justiça, Cairo, de 8 a 12 de Julho de 1991, organizado em cooperação com o Centro das Nações Unidas para os Direitos do Homem, em que participaram representantes de 51 Estados Africanos e diversas Organizações Internacionais, cujas actividades se inserem no domínio dos Direitos do Homem.

(b) Por outro lado, o Secretário da Comissão participou nos seminários e conferências seguintes:

1. Simpósio Internacional da Federação Internacional dos Direitos do Homem sobre o tema geral: "Democracia e Direito ao Desenvolvimento - Desafio à Comunidade Internacional", Dakar, de 8 a 10 de Novembro de 1991.

Este Simpósio foi agraciado com a presença do Presidente da República do Senegal, do Senhor Nelson Mandela e de diversas personalidades, de que se destaca a Senhora Danielle MITERRAND, Presidente da FUNDAÇÃO "FRANCE LIBERTÉS".

2. Sexta-Conferência regional das Associações Africanas para as Nações Unidas sobre a temática "PAZ, DIREITOS DO HOMEM, DESENVOLVIMENTO DURADOIRO - Perspectivas africanas".

II. No quadro das actividades de protecção dos Direitos do Homem e dos Povos

As actividades de protecção realizam-se essencialmente, por um lado, através do exame das queixas apresentadas, seja por um Estado-parte à Carta contra um outro Estado-parte, ou por um indivíduo ou organização contra um Estado-parte, devido à violação da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e, por outro lado, através do exame dos relatórios que cada Estado-parte se compromete a apresentar nos termos do artigo 62 da Carta; de dois em dois anos a contar da data da entrada em vigor da Carta sobre as medidas de ordem legislativa ou outras adoptadas, com vista a dar efeito aos direitos e liberdades reconhecidas e garantidos pela Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos.

Durante o período em análise, a Comissão realizou as suas duas Sessões estatutárias, a saber:

- (a) 10ª Sessão: realizada em Banjul, Gâmbia, de 8 a 15 de Outubro de 1991.

No decurso desta Sessão, a Comissão examinou, nomeadamente, 18 novas queixas, das quais duas foram levadas à consideração do Presidente em exercício da OUA, em conformidade com o artigo 58, alínea 3 da Carta, devido à violações graves e massivas dos Direitos do Homem da parte de 2 Estados visados e 7 queixas antigas, das quais ocorreu uma situação feliz na sequência da qual os dossiers dos mesmos foram encerrados. Deve-se destacar que, em cumprimento do artigo 59 da Carta, todas as medidas tomadas no quadro do Capítulo relativo às queixas reveste-se ainda de um carácter confidencial até que a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo decida em contrário.

Durante esta Sessão, a Comissão examinou, igualmente, os relatórios periódicos dos seguintes Estados Membros: Egipto, Nigéria, Tanzânia e Togo.

- (b) 11ª Sessão: realizada em Tunis, Tunísia, de 2 a 9 de Março de 1992.

Durante esta Sessão, a Comissão examinou 7 novas queixas, a partir das quais foram tomadas decisões preliminares. Por outro lado, ela examinou, na presença dos representantes dos Estados envolvidos que foram convidados a responder algumas questões, os relatórios iniciais do Egipto e da República Unida da Tanzânia.

Até hoje, a Comissão recebeu relatórios dos seguintes Estados:

.- Relatórios já examinados:

- .- Líbia
- .- Tunísia
- .- Rwanda
- .- Egipto
- .- Tanzânia

.- Relatórios a examinar durante a 12ª Sessão (12-21 de Outubro de 1992):

- .- Nigéria
- .- Togo
- .- Zimbabwe
- .- Senegal (1º e 20 relatórios)
- .- Cabo Verde

A Comissão adoptou esta sua 11ª Sessão, 3 projectos de resolução a serem submetidas à 28ª Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo e que lhe serão apresentados no Relatório de Actividades da Comissão.

Por outro lado, a Comissão foi convidada pelo Governo maliano a enviar 10 Observadores às eleições Presidenciais Malianas que se realizaram a 12 e 26 de Abril de 1992.

**CM/1706 (LVI)
PARTE III**

**CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992**

CAPÍTULO X

DAKAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
DO ECI/OUA PARA O PERÍODO DE
OUTUBRO DE 1991 A 31 DE MARÇO DE 1992**

PLANO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACTIVIDADES

1. Introdução
2. Entrada em funções
 - Encontro com os Departamentos Técnicos
 - Encontro com os Representantes dos Financiadores e dos Países Membros
 - Visita de trabalho à C.C.T.I./LAGOS
3. Participação nas reuniões do Comité Consultivo
4. Actividades para a reactivação do Projecto
 - Reuniões periódicas com os Departamentos Técnicos
 - Preparação da Reunião alargada com todos os participantes
 - Participação na preparação da CNUMAD em Dublin
 - Reunião do Grupo de Embaixadores Africanos
 - Participação na Reunião sobre Calamidades em África
 - Missão UNSO de pré-formulação
 - Outras actividades
5. Principais eixos de actividades para o próximo semestre (Maio - Outubro de 1992)
6. Conclusão.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1. INTRODUÇÃO

O Projecto Regional de Desenvolvimento Integrado do Maciço de Fouta Djallon mereceu, por parte das instâncias da OUA, particularmente durante os dois últimos anos, uma atenção muito particular com vista à redinamização das suas actividades e da sua coordenação. É neste quadro que se deve situar a nomeação, em fins de 1991, por Sua Excelência o Secretário Geral, de um novo Coordenador Internacional em Conakry. Tendo sido feita a tomada de posse deste a 10 de Outubro último, as linhas que se seguem resumem as suas actividades durante o semestre que vai de Outubro de 1991 a Março de 1992.

2. ENTRADA EM FUNÇÕES

A nossa entrada em funções como Coordenador Internacional deu-se em Outubro quando a situação do Projecto Regional se apresentava assim:

- 3 Bacias Representativas Piloto das quais 12 operacionais no terreno graças aos financiamentos do PNUD e do FAC estavam prestes a concluir a primeira fase da sua execução;
- 5 outras Bacias Representativas Piloto acabavam de receber o seu financiamento por parte da CEE e da USAID e iniciavam o processo de arranque das suas actividades;
- Os projectos horizontais (em número de 5), parados durante muito tempo, tinham conhecido um certo relance através da elaboração de termos de referência para missões de reactualização de curta duração. Elaborados pelo Escritório, apoiado pelos departamentos técnicos por ocasião da Reunião de Conakry sobre Bacias Fluviais e Lacustres e da Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelo Meio Ambiente, esses termos de referência foram apresentados às Agências Especializadas das Nações Unidas que reagiram de forma positiva. Assim, uma missão conjunta OMM/DCTD acabava de ter lugar, estando programada e prevista para breve outra missão UNSO/FAO.

Foi, pois, nestas condições que se deu a entrada efectiva em funções do novo Coordenador Internacional, que, como é lógico passou principalmente por:

2.1. Tomada de contacto com as autoridades governamentais guineenses. Essa tomada de contacto abrangeu os departamentos técnicos directamente interessados no Projecto Regional, a saber:

- Ministério da Agricultura e dos Recursos Animais
- Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Ministério do Plano e da Cooperação Internacional
- Ministério dos Recursos Naturais, da Energia e do Meio Ambiente

Recebido pelo Ministro na presença dos principais quadros do departamento, nomeadamente o Secretário Geral, o Coordenador Internacional teve a ocasião de:

- * apresentar-se e agradecer às autoridades governamentais pela sua nomeação e pelo apoio sempre prestado para a boa marcha do Projecto;
- * apresentar o Projecto, bem como as limitações que se punham à sua redinamização;
- * apresentar o seu plano de trabalho para o primeiro trimestre assim como os pontos fortes do apoio por ele solicitado junto das autoridades políticas, administrativas e técnicas para o sucesso do seu trabalho.

2.2. A tomada de contacto com os representantes dos financiadores e dos países membros acreditados em Conakry. Os Embaixadores da Sierra Leone e do Senegal, assim como os Encarregados de Negócios da Guiné-Bissau e do Mali receberam sucessivamente o Coordenador Internacional (CI) que solicitou o seu apoio para uma melhor informação/sensibilização das autoridades políticas e técnicas dos seus respectivos países. Igualmente, foram encontrados durante a primeira quinzena de Dezembro de 1991 os representantes da CEE, da USAID, da FAO, do FAC e da ACDI.

O encontro de 28 de Dezembro de 1991 organizado na Sede do Escritório de Coordenação Internacional (ECI) pelo CI coroou todo esse processo de tomada de contacto com os principais participantes locais no Projecto. Uma cópia do discurso de circunstância pronunciado nessa ocasião pelo CI foi enviada à Sede.

2.3. A visita de apresentação e de trabalho à CCTI em Lagos. Ela desenrolou-se no fim da primeira quinze de Novembro de 1991 e permitiu ao CI familiarizar-se com a CCTI e a CEDEAO (ver relatório de missão).

3. PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO DO COMITÉ CONSULTIVO DE DEZEMBRO DE 1991

Com o convite de Sua Excelência o Senhor Secretário Geral para participar nos trabalhos do Comité Consultivo, deu-me a oportunidade de apresentar-me às autoridades dos diferentes departamentos técnicos da Sede, por um lado, e, por outro, apresentar e defender o Orçamento-Programa do Escritório. Um memorando intitulado "Reforço do Papel da OUA na Segunda Fase do Projecto Regional: Limitações e Perspectivas", previamente elaborado, permitiu assegurar uma participação positiva nessa tribuna. Refira-se que esse memorando tinha como pontos principais a situação de execução do Projecto no fim de 1991, análise crítica da evolução do Projecto, assim como os principais eixos do reforço da coordenação.

4. ACTIVIDADES DE REACTIVAÇÃO DO PROJECTO

A estadia em Adis Abeba e a participação nos trabalhos do Comité Consultivo completaram o processo da entrada em funções e de familiarização com todas as actividades envolvidas no Projecto tanto a nível da Guiné como da OUA. Era agora necessário iniciar as actividades de reactivação do Projecto. Foi então definido um programa de trabalho tendo como pontos essenciais:

4.1. A organização de reuniões periódicas do ECI/OUA - departamentos técnicos e Comité de Coordenação Técnica: foram organizadas duas reuniões respectivamente em 31 de Outubro e em 20 de Novembro de 1991.

A primeira dedicou-se essencialmente às diligências a serem feitas para reestruturar e dinamizar a coordenação do Projecto Regional. Dois documentos constituíram a base de análise nesse encontro, a saber: o memorando elaborado pelo CI e o relatório de avaliação elaborado pela Missão da Sede da OUA. Com efeito, cada um desses dois documentos fazia o diagnóstico da situação do Projecto, uma análise crítica do mesmo e propunha eixos para a sua redinamização. O projecto de reestruturação que figurava no relatório da Missão de Avaliação foi demoradamente analisado e foram feitas as recomendações adequadas, nomeadamente o desejo de ver efectivamente realizado o recrutamento de um Perito no terreno competente e que reforçasse o papel do Coordenador Internacional.

Este Perito, como tinha sido recomendado no relatório de avaliação deveria ser fornecido pela OUA que não tem os meios de participar na execução das actividades do Projecto no terreno mas cujo papel de coordenação é primordial.

O segundo encontro debruçou-se sobretudo sobre a ofensiva diplomática a ser levada a cabo tanto pelo CI como pela Organização Panafricana para trazer de novo esse projecto à atenção dos financiadores e da Comunidade Internacional.

Com efeito, a letargia em que o Projecto tinha caído nestes três últimos anos ameaçava pôr em causa a unicidade do programa Fouta Djallon assim como a sua filosofia e a sua estratégia de base. Era assim necessário organizar uma concertação alargada do conjunto dos participantes no Projecto por forma a:

- reafirmar a unicidade, o papel e os objectivos fundamentais do Projecto;
- sensibilizar os financiadores sobre a importância do Projecto para toda a região com vista à obtenção de financiamentos complementares;
- facilitar o intercâmbio de experiências entre diferentes projectos.

Dado que a organização dessa concertação devia ser metódica para garantir o seu sucesso, a reunião técnica recomendou que o CI empreendesse uma série de encontros preliminares em "tête-à-tête" com cada representante de financiadores ou de agência de execução local para definir os contornos e as limitações da reunião alargada.

Refira-se que para cada um desses encontros técnicos foram elaborados processos verbais que são conservados como documentos de trabalho internos no ECI.

4.2. Preparação da reunião alargada do conjunto dos participantes no Projecto

Para uma melhor sensibilização dos seus interlocutores e para orientar os debates sobre as questões pertinentes de coordenação do Projecto, o CI elaborou com base no primeiro memorando um segundo memorando e enviou na primeira quinzena de Janeiro de 1992 a todos os representantes dos financiadores e agências de execução em Conakry. As concertações em si tiveram lugar entre meados de Janeiro e meados de Março de 1992 da seguinte forma:

- Encontro com a Delegação da CEE e com a Embaixada do Canadá a 16 de Janeiro de 1992
- Encontro com o Representante da FAO em 22/1/92
- Encontro com o PNUD em 17 de Março de 1992
- Encontro com o BAD em 20 de Março de 1992

Acompanhado pelos principais responsáveis encarregados da supervisão e coordenação do Projecto a nível nacional, o CI realizou em cada uma dessas ocasiões importantes trocas de pontos de vista sobre os objectivos do Projecto, sua filosofia, sua execução e as principais limitações da sua coordenação.

Um processo verbal específico foi elaborado para cada encontro e no fim foi feita uma síntese.

Dessa síntese resultou o consenso de organizar a reunião alargada de Maio de 1992. Começaram então directamente os preparativos mediante a difusão da informação e a escolha dos documentos de base da reunião.

Tendo em conta a disponibilidade da Representação do PNUD em Conakry de reforçar a coordenação do Projecto e de co-organizar a reunião com o Escritório da OUA (ver acta do encontro preparatório PNUD/Governo/ECI) realizou-se um segundo encontro para avaliar o custo da reunião.

Com base nesse orçamento actualizado, o CI fez importantes visitas de trabalho respectivamente com Suas Excelências os Senhores T.D. SACKO, Ministro dos Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente e Ibrahima S. SOW, Ministro da Agricultura e dos Recursos Animais. Estas autoridades partilharam do ponto de vista do Coordenador sobre a importância da reunião e a necessidade de organizar conjuntamente. Foi imediatamente lançado o processo dessa organização conjunta.

4.3. Participação nos preparativos da CNUMAD em Dublin

A participação do CI no processo da CNUMAD do Rio de Janeiro foi vivamente recomendada por todas as reuniões técnicas locais porque se tornava indispensável dado o papel do Projecto Regional na luta pela salvaguarda do meio ambiente na sub-região. Assim, com a autorização do Secretário Geral da OUA, participámos, juntamente com delegados dos países membros do Projecto (entre os quais Sua Excelência o Senhor Cardoso, Secretário de Estado da Energia da Guiné-Bissau) na Conferência Internacional sobre a Água que se realizou em Dublin, Irlanda, de 26 a 31 de Janeiro de 1992.

Essa participação teve como base o documento intitulado "Monografia da Guiné" previamente elaborado em colaboração com os departamentos técnicos nacionais e que descrevia os principais programas de valorização e gestão dos recursos em água a nível nacional e regional.

Essa participação foi finalmente consignada num relatório detalhado que também descreve todos os contactos paralelos realizados pelo CI. Com efeito, importantes contactos permitiram discutir sobre a organização da reunião alargada de Maio de 1992 e acelerar a realização das missões de reactualização dos projectos horizontais que se tornavam necessárias junto do Sistema das Nações Unidas (UNSO, DTCD, FAO, UNESCO).

4.4. Participação na Reunião sobre as Calamidades em África realizada em Adis Abeba de 13 a 17/4/92

O Departamento EDECO, organizador da referida reunião convidou o ECI de Conakry a participar e a dar a conhecer aos outros participantes a experiência sub-regional em matéria de luta contra a seca e a desertificação. Uma contribuição elaborada em colaboração com os departamentos técnicos da Guiné e intitulada "Seca e Desertificação na África Ocidental" serviu como introdução a essa experiência sub-regional que foi bem apreciada. Encontros informais com os delegados da OMM, da COMIDES, do CILSS, dos países membros, assim como com o Chefe da Divisão dos Recursos Naturais da CEA, todos focalizados em particular sobre a organização da reunião alargada de Maio de 1992 completaram as actividades do CI durante essa reunião.

4.5. Participação nas reuniões periódicas do Grupo dos Embaixadores Africanos em Conakry

Por iniciativa e a convite de Sua Excelência o Embaixador da Nigéria na Guiné, Presidente em exercício do Grupo Africano, o Escritório participou na reunião de 27 de Março de 1992 que teve lugar na residência do Embaixador da Nigéria e em que foram debatidos três pontos:

- informações e comentários sobre o último Conselho de Ministros da OUA em Adis Abeba;
- apresentação ao Grupo de Embaixadores, com o apoio de mapas e fotografias, do Projecto Regional com vista a obter o seu apoio para o mesmo;
- a situação na África do Sul.

Foi elaborado um processo verbal detalhado ao qual se juntou um resumo da intervenção do CI e uma cópia do mesmo foi enviada ao Secretariado do Grupo.

O interesse manifestado pelos Embaixadores em relação ao Projecto Regional durante essa reunião foi tal que o Grupo se comprometeu a fazer-nos participar em todas as suas reuniões e a ser nosso intermediário eficaz junto dos seus Governos respectivos e de qualquer outra instituição capaz de nos prestar apoio, tal como o BAD.

É assim que recebemos o convite oficial de Sua Excelência o Senhor Embaixador do Egipto organizador da reunião de Abril. Igualmente estamos convidados para a reunião de Maio que será organizada pela Embaixada da Guiné-Bissau, país membro do Projecto.

4.6. Organização e realização da missão UNSO de préformulação dos projectos horizontais

Depois de várias trocas de correspondência com a FAO/Conakry e Roma, a UNSO/Nova Iorque e o PNUD/Conakry, a missão da UNSO, prevista desde 1991 efectivou-se finalmente de 12 a 16 de Abril de 1992. Actualmente presente em Conakry, depois de uma estadia de uma semana no interior do país, ela fornecerá um esboço que fará parte dos documentos a serem analisados pela reunião e prepara também a chegada o mais rápido possível da missão de formulação.

**CM/1706 (LVI)
PARTE III**

**CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA - SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992**

CAPÍTULO XI

DAKAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA
MISSÃO PERMANENTE DA OUA NA NAMÍBIA
FEVEREIRO A MAIO DE 1992**

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA MISSÃO DA OUA NA NAMÍBIA
FEVEREIRO A MAIO DE 1992

INTRODUÇÃO

1. A precária situação prevalecente na Namíbia e a situação na África do Sul, obrigaram a 51ª Sessão do Conselho de Ministros da OUA a decidir para a abertura de um escritório naquele país, tal como estipulado no documento - CM/1579 (LI) Add. 1, e o seu mandato foi renovado para o Exercício Financeiro de 1991-1992.
2. Por ocasião da sua 55ª Sessão, o Conselho de Ministros decidiu encerrar o Escritório da OUA na Namíbia, até 31 de Maio de 1992.
3. Este relatório final de actividades deste Escritório, refere-se ao período de Fevereiro a Maio de 1992. Um anexo sobre a venda dos bens de capital da OUA será preparado durante a primeira quinzena de Junho de 1992.

PARTE I

VENDA DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO, VEÍCULOS
AUTOMÓVEIS E OUTRO EQUIPAMENTO

4. Segundo instruções recebidas, o mobiliário de Escritório, à excepção de uma mobília de sala de estar de 3 peças e 2 mesinhas de chá que deverão ser enviadas para a Sede, está no processo de preparação para venda.

5. O equipamento telefónico "Siemens", a geleira, a mesa de cozinha com seis cadeiras, aspirador, cortinas, escada, copos, chávenas e outros, encontram-se também no processo de preparação para venda.

6. Fomos instruídos no sentido de enviarmos, para a Sede, além da mobília da sala de estar e das duas mesinhas de café, os seguintes equipamentos de escritório:

- a) Máquina de escrever Xerox, modelo 6040
- b) Máquina de escrever Xerox, modelo 6020
- c) Máquina de escrever Olivetti
- d) Fotocopiadora
- e) Máquina de Telefax (1)
- f) Calculadora Sharp
- g) Aquecedores (b)

7. Relativamente aos dois veículos automóveis, o Toyota Cressida está em processo de preparação para venda.

O Toyota Hilux (4x4) foi roubado na noite de 30 de Abril para 1 de Maio de 1992, incidente em relação ao qual a Sede foi imediatamente informada. A polícia está ainda a investigar o caso e a data de julgamento do Guarda de Segurança em serviço da OUA na altura do roubo, está marcada para 30 de Junho de 1992. Um relatório da polícia será incluído no anexo referido no parágrafo 3.

Dado que as duas viaturas estavam asseguradas até 31 de Maio de 1992, já preenchemos o formulário de queixa em relação à roubada, junto da companhia de seguros - Lumley - Namíbia.

IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES
RELATIVAMENTE AO PERÍODO DE JUNHO A FEVEREIRO
DE 1992

8. Todas as recomendações foram implementadas da seguinte maneira:

- a) A documentação relativa ao adiantamento recuperável do Comité de Libertação e do Secretariado Geral da OUA foi enviada à Sede, em Agosto último.
- b) O mapa de situação das receitas/ para o Exercício Financeiro de 1990/91, consta do documento OUA/MN/FIN/79.91, de 14 de Agosto de 1991, enviado ao Departamento das Finanças.
- c) Os funcionários do Escritório encontram-se assegurados a partir de Abril de 1991.
- d) As contribuições do empregador e dos trabalhadores à ALICO já foram pagas, ao mesmo tempo que o pagamento mensal já foi regularizado.
- e) O Assistente de Contabilidade já preparou o inventário.
- f) Artigos emprestados pelo ANC foram devolvidos ao Escritório no princípio de Maio de 1991.
- g) Um livro de registo foi aberto para controlar o consumo de combustível e a utilização da viatura do escritório a partir de Maio de 1991.
- h) Até o presente momento e não obstante os repetidos contactos com a Polícia de Windhoek em relação ao roubo do aparelho de video avaliado em 910,36 \$EU, a única resposta tem sido de que a polícia está ainda a investigar. O escritório está a tentar obter o relatório final antes de 31 de Maio.

9. No tocante à soma de 44,22 \$EU mencionada no parágrafo 15.6, do anexo ao documento CM/1685 (LV), o Assistente de Contabilidade afirmou perante os auditores que, na altura em que assumiu o posto, o montante em causa não vinha reflectido nos registos contabilísticos.

REUNIÕES E SEMINÁRIOS

10. A Directora da Missão participou em reuniões e seminários realizados na Namíbia, incluindo uma Conferência de Doadores sobre o Plano Intermédio para a Prevenção e o Controlo de SIDA/DTS na Namíbia.

11. De igual modo, a Directora do Escritório, durante o período em revista, foi instruída a participar, em Gaborone-Botswana, numa Conferência Internacional organizada pela Associação de Parlamentares Oeste-Europeus para a Acção contra o Apartheid (AWECAA) e o Parlamento Tswana sobre "Cooperação Regional Pós-Apartheid: Apoio Internacional para a Transformação da África Austral".

12. Os relatórios destas actividades foram enviados para a Sede.

13. Em Abril de 1992, o Departamento Político da OUA - Bureau dos Refugiados - em conjunto com o governo namibiano, realizou, em Windhoek, a 22ª Sessão Ordinária do Comité de Coordenação da OUA sobre Assistência a Refugiados em África.

O Escritório da OUA na Namíbia, esteve estreitamente envolvido nos preparativos e na própria realização da reunião.

PARTE II

SITUAÇÃO NA NAMÍBIA

14. O Chefe de Estado da República Federal da Nigéria e Presidente em Exercício da OUA, S. Ex^a General Ibrahim Babangida, esteve de visita a Namíbia de 5 a 8 de Maio de 1992, a convite do Presidente da Namíbia. Esta foi uma visita coroada de êxitos que culminou com a assinatura de um acordo no domínio universitário, a realização da primeira sessão da Comissão Conjunta Namibiano-Nigeriana e um donativo, pelo Presidente da Nigéria, de 500.000,00 \$EU destinado a ajudar a Namíbia no combate à actual seca.

15. No tocante à situação da seca na Namíbia, S. Ex^a o Presidente Sam Nujoma, declarou uma situação de emergência em todo o território do país. Entre as preocupações imediatas do governo, contam-se o fornecimento de alimentos a grupos vulneráveis, a garantia de fornecimento de água em todas as áreas, bem como o sustento da produção pecuária.

16. O Presidente informou numa conferência de imprensa em que estiveram presentes Ministros e Membros do Corpo Diplomático e de Organizações Internacionais, de que, à luz da situação da seca, grandes quantidades de cereais terão que ser importadas para sustentar tanto as populações, como os animais, até a próxima estação chuvosa. Ele declarou que um montante no valor de 28 milhões de Randes seria reservado a um projecto de emergência de fornecimento de água, que incluía furos de poços e a provisão de tubos e tanques de água para garantir que a água atinja as áreas críticas.

Neste sentido, ele solicitou assistência de emergência para a seca, bem como ajuda alimentar para 300.000.000 a 400.000.000 pessoas. A Namíbia pediu, da Comunidade Europeia, uma soma de 52 milhões de ECU (194 milhões de Randes) em assistência de emergência para a seca e ajuda alimentar, principalmente sob a forma de cereais e óleo alimentar.

17. Numa tentativa para atrair importantes projectos para a Namíbia, o Gabinete decidiu transformar a cidade de Arandis, a primeira zona de Processamento para a Exportação (ZPE-EPZ), na sequência de uma decisão da "Rossing Uranium" no sentido de passar a cidade para o governo no final de Março de 1992. A cidade, criada e gerida pela Rossing Uranium, foi passada no quadro de medidas adoptadas pela gerência das minas com vista a reduzir as suas despesas, à luz das operações mineiras em declíneo.

18. Arandis situa-se próximo da estrada e da linha férrea que leva à Swakopmund e Walvis Bay.

19. Pretende-se que ela proporcione incentivos de investimento e impostos, assistência de exportação a potenciais investidores e outras medidas orientadas a facilitar as exportações.

20. Por outro lado, a Namíbia acusou a África do Sul de manipular a União Aduaneira da África Austral (SACV), da qual a Namíbia é membro, para seu próprio proveito, à luz do retrocesso da França a respeito da construção de uma fábrica de Viaturas Citroen em Gobabis, em resultado do aumento da satisfação local que rege a indústria automóvel na África do Sul.

21. O plano para abertura de uma fábrica Citroen na Namíbia, encontrou oposição por parte da indústria automóvel sul-africana, que exerce pressão sobre o seu governo no sentido de observar o tecto de 65% de satisfação local do valor final de veículos montados, para se qualificarem ao estatuto de isenção de direitos.

22. A França tinha solicitado garantia de isenção temporária de pagamento dos elevados impostos cobrados ao abrigo da SACV.
23. O Primeiro Ministro namibiano declarou que muito embora haja dois parágrafos no Acordo da União Aduaneira que estipulam a protecção do estabelecimento de indústrias nascentes nos Estados membros da SACV com menor extensão territorial, outros regulamentos restringem este objectivo na prática.
24. Ao invés, afirmou o Primeiro Ministro, o governo da Namíbia, na altura da obtenção da independência, teve que assumir, para si, a "dívida do governo central" incorrida pela África do Sul durante os anos de 1980, num montante de 826.6 milhões de Randes.
25. O Governo da Namíbia foi do ponto de vista de que a posição do Governo da África do Sul, foi uma atitude deliberada de obstacularizar investimentos capazes de reduzir a dependência sobre produtos sul-africanos, aumentar o seu potencial económico e reverter os níveis cada vez maiores de desemprego.
26. Em Abril último, um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que patrocinou um seminário, em Windhoek, no qual estiveram representados o Governo namibiano, organizações de empregadores e sindicatos, demonstrou que de cerca de 16.500 novos candidatos a emprego, depois de deixarem a escola ou outros centros educacionais, por ano, apenas 4.300 serão capazes de encontrar emprego.
27. De uma população estimada em 1.401.711 de namibianos, 14% de homens e 20% de mulheres, encontram-se na situação de desemprego. Entre os mais adversamente afectados, contam-se os regressados e o último levantamento revela que cerca de 30.000 destes ainda se encontram desempregados.
28. O Ministro de Trabalho e Desenvolvimento de Recursos Humanos da Namíbia, afirmou que na actual situação económica, novas oportunidades de emprego poderão apenas surgir a partir do estímulo do sector informal, particularmente das cidades, por exemplo, pela substituição dos bens de consumo importados.
29. Ele afirmou que as oportunidades de emprego na Namíbia, apenas podem ser criadas pela geração de novos empreendimentos empresariais e auto-motivação. Os namibianos negros devem ser formados e reciclados na gestão e outras habilidades, e deve ser dispensada atenção especial à mulher, devendo-se proporcionar programas educacionais e assistência financeira às que estão envolvidas ou que pretendam envolver-se em projectos económicos viáveis de pequena escala.

30. O Ministro indicou as principais causas de desemprego, como sendo as seguintes:

- Recessão económica global;
- Ausência de uma base industrial nacional;
- Falta de engajamento por parte de empregadores, no sentido de empregarem cidadãos namibianos ao invés de estrangeiros;
- Falta de investimento para a geração de oportunidades de emprego;
- Trabalhadores com qualificação inadequada e falta de experiência para fazer face às exigências do mercado laboral; e
- Desmobilização de antigos combatentes e regresso de mais de 40.000 exilados.

Ele acrescentou que a crescente deterioração da inflação na África do Sul também afecta o país, particularmente, se se considerar que a Namíbia não é dotada de sua própria moeda.

31. Em Março último, a Assembleia Nacional aprovou um Decreto-Lei sobre Código Laboral que, nas palavras do Ministro de Trabalho e Desenvolvimento de Recursos Humanos, foi resultado de um "longo processo de consultas e discussões com empregadores, sindicatos e agências governamentais".

32. De igual modo, o Governo da Namíbia, com a assistência do PNUD e da OIT, encontra-se no processo de instituição de um Sistema de Informação sobre Mercado Laboral que fornecerá informações sobre a situação da mão-de-obra em geral, os níveis de emprego, ocupações, produtividade de receitas, etc., a "todos os departamentos governamentais, agências privadas e interessadas individuais".

33. No tocante à situação política, dois membros proeminentes do Parlamento resignaram-se do Partido de Oposição, D.T.A.. São eles os Srs. Jariretundo e Barney Barnes. Embora ainda não se tenham oficialmente juntado à SWAPO, o primeiro foi nomeado Comissário de Parlamento, enquanto que o segundo foi designado como Chefe de uma Comissão.

34. Por outro lado, as eleições regionais e locais estão previstas para próximo Novembro. As próximas eleições vão cumprir com as disposições da constituição com a criação de uma Câmara Superior ou Conselho Nacional que terá poderes de rever legislações que emanem da Assembleia Nacional. As eleições locais vão também dotar o país de novas autoridades municipais que irão substituir as actuais, ainda do período pré-independência.

WALVIS BAY

35. O acontecimento mais recente sobre a situação da Walvis Bay e das Ilhas Costeiras, foi a declaração, no mês em curso, de S.Ex^a o Presidente Sam Nujona, em como uma administração conjunta do território, poderia apenas ser temporária e "por um período fixo e curto", antes da sua devolução para a Namíbia. O Presidente afirmou que o Governo da Namíbia "jamais aceitará uma tentativa, pelo Governo Sul-africano, de criar uma nova ligação, neste momento, entre as negociações da Walvis Bay e Ilhas Costeiras e os acontecimentos políticos e constitucionais internos em curso no país", e sublinhou que a descolonização da Namíbia só será considerada completa, com a reconquista destes territórios, em conformidade com a Resolução 432 do Conselho de Segurança da NU.

36. Em Fevereiro último, o Ministro namibiano dos Negócios Estrangeiros, acusou a África do Sul de estar a violar a letra e o espírito das negociações entre a África do Sul e a Namíbia sobre a Walvis Bay, ao permitir a realização de uma reunião de Representantes Municipais e Comunitários do enclave.

A reunião acima referida, apelou para a dissolução dos três órgãos governamentais locais existentes no enclave e a realização de eleições dentro de 12 a 14 meses.

KASIKILI ISLAND

37. A actual tensão entre a Namíbia e o Botswana em relação à pertença da Ilha Kasikili, no Rio Chobe que serve de fronteira entre os dois países, está a ser discutida ao nível mais alto, segundo fontes namibianas.

38. Durante já alguns meses, têm havido queixas por parte de cidadãos namibianos em relação a incidentes com Forças de Defesa do Botswana, impedindo-lhes de pescar no rio. Existem informações, na Namíbia, em como Botswana ocupou a ilha, com colocação de soldados, depois da retirada das Forças de Defesa Sul-Africanas.

39. Entretanto, Botswana refuta a informação e insiste que houve, em 1984, conversações com a SWAPO em relação à pertença da ilha, dado que o principal canal do Rio Chobe situava-se no norte da ilha.

A questão foi levada à consideração das autoridades mais altas dos dois países e espera-se que seja brevemente encontrada uma solução a tal nível.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

1992-06-22

Report of Secretary General on the Activities of the Regional and Sub-Regional Offices General Secretariat Covering the Period February to June 1992

Organization of African Unity

Organization of African Unity

<https://archives.au.int/handle/123456789/10912>

Downloaded from African Union Common Repository